



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO – FEAACS.

FELIPE PINTO DA SILVA

**A Industrialização do Ceará: impactos sobre o emprego e a distribuição funcional de
renda na perspectiva kaleckiana.**

Fortaleza-Ceará

2013

Felipe Pinto da Silva

A Industrialização do Ceará: impactos sobre o emprego e a distribuição funcional de renda na perspectiva kaleckiana.

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências econômicas.

Orientador: Prof. Aécio Alves de Oliveira.

Fortaleza-Ceará

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

-
- S58i Silva, Felipe Pinto da.
A Industrialização do Ceará: impactos sobre o emprego e a distribuição funcional de renda na perspectiva Kaleckiana / Felipe Pinto da Silva – 2013.
79 f.; il.; enc.; 30 cm.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.
Orientação: Prof. Aécio Alves de Oliveira.
1. Industrialização – Ceará 2. Renda – distribuição 3. Geração de emprego I. Título

Felipe Pinto da Silva

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ: IMPACTOS SOBRE O EMPREGO E A
DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DE RENDA NA PERSPECTIVA KALECKIANA.**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas, da Universidade Federal do Ceará
(UFC), como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Ciências econômicas.

Orientador: Prof. Aécio Alves de Oliveira.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Aécio Alves de Oliveira. (Orientador).
Universidade Federal do Ceará.

Prof. Fábio Maia Sobral
Universidade Federal do Ceará.

Prof. Carlos Américo Leite Moreira
Universidade Federal do Ceará.

Dedico este trabalho à meus pais, a quem devo todas as condições objetivas para a conclusão desta trajetória. Eunice Barbosa Pinto, por sua paciência, dedicação e carinho e Sebastião Rufino da Silva pelo exemplo e, principalmente, por nunca ter deixado de acreditar em mim.

AGRADECIMENTOS

Gosto de dizer que a presença da Universidade Federal do Ceará na minha vida se dá desde o acompanhamento uterino, com pré-natal e parto da minha mãe realizados na Maternidade Escola, passando pela formação dos meus professores na educação básica, até minha formação acadêmica no curso de ciências econômicas. Neste sentido, é a essa instituição a quem primeiro expressei minha gratidão no término deste ciclo.

Agradeço aos meus pais por suas histórias de vida que tanto povoam o meu imaginário, que numa confluência entre sertão e mar, como aves de arribação, buscaram uma vida melhor na capital do Ceará e se encontraram. Ao meu irmão, primeiro amigo, pelo *papo fiado* na boca da noite.

Agradeço ainda “a la compagne de voyage, dont les yeux charmant paysage font paraître court le chemin”, Ludmila. "Obrigado por teres posto a tua mão sobre a minha”.

Aos meus bons amigos, os quais “... odeio e adoro numa mesma oração”.

Minha gratidão especial ao Professor Aécio de Oliveira, meu mestre, cuja orientação foi além da acadêmica, inspirando a própria temática da pesquisa. Espero ter correspondido minimamente a atualização da discussão proposta pelo professor em outros tempos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os efeitos das mudanças ocorridas na estrutura Industrial no Ceará no período 1986 – 2010. Buscou-se analisar os impactos sobre a absorção da Mão de Obra e investigar a evolução da parcela salarial do pessoal ocupado no setor. Para tanto, utilizamos dois instrumentais metodológicos, o primeiro foi inaugurado por Trejo (1971), estimando-se os efeitos das mudanças na composição industrial e na produtividade do setor para a absorção de mão-de-obra; o segundo foi a realização de cálculos de indicadores a partir da abordagem kaleckiana, com o intuito de analisar a evolução da distribuição funcional da renda no período descrito. O processo recente do desenvolvimento industrial no Ceará se deu através de uma política agressiva de incentivos fiscais, com o discurso de que essa postura é a forma mais segura de promover renda e emprego para o estado. O estudo nos oportunizou a compreensão de alguns problemas e o desfazimento de mitos a respeito da industrialização recente do Ceará, a saber, a eficiência destas medidas como uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas. Concluímos com este estudo que o programa de incentivos fiscais (ou renúncia fiscal) é uma política pública que beneficia principalmente uma determinada classe, a saber, o empresariado, pois as transferências de recursos governamentais para os capitalistas não retornam na mesma intensidade para os trabalhadores do setor. Tanto a absorção de mão de obra, quanto à renda criada pelos empreendimentos industriais, mostraram-se com limitado impacto para os que vivem do trabalho no setor.

Palavras-Chaves: Distribuição Funcional de Renda; Industrialização do Ceará, Dinâmica Econômica Capitalista; Competição Imperfeita, Grau de Monopólio.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the effects of changes in the industrial structure in Ceará in the period 1986-2010. We attempted to analyze the impacts on employment and investigate the evolution of the wage share of persons employed in the sector. For this, we used two instrumental methodological, the first was inaugurated by Trejo (1971), estimating the effects of changes in the composition and productivity of industrial sector on employment and the second was to perform calculations of indicators from the approach Kaleckian, with the purpose of analyze the evolution of income distribution in the period described. The recent process of industrial development in Ceará was through an aggressive policy of tax incentives, with the discourse which this position is the safest way to promote income and employment for the state. The study provided an opportunity to understand the problems and the undoing of some of the myths about the recent industrialization of Ceará, namely the efficiency of these measures as a coping strategy of socioeconomic inequalities. We conclude from this study that the tax incentive program (or tax renuciation) is a public policy that benefits a particular class, namely businessmen, because transfers of government funds for the capitalists do not return the same intensity for workers sector. Both the absorption of labor, as the income created by industrial enterprises, proved with limited impact to class-that-makes-a-living-from-labour in the sector.

Key Words: Functional Distribution of Income, Industrialization of Ceará, Capitalist Economic Dynamics; Imperfect Competition, Degree of Monopoly.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A Industrialização do Ceará: Primórdios, Agonia e Êxtase.	17
1.1. Dos Primórdios.....	17
1.2. A Nova Divisão Inter-regional do Trabalho e seus Efeitos para o Nordeste.	20
1.3. As Perspectivas Agônicas.....	21
1.4. A Nova Industrialização do Nordeste e seus Efeitos para o Ceará.	23
1.5. O Êxtase: O Governo das Mudanças e seus Efeitos na Estrutura Industrial Cearense.	27
2. A Dinâmica Econômica Capitalista à luz da teoria Kaleckiana e Marxiana.	32
2.1. Grau de Monopólio e Distribuição de Renda	32
2.1.1 Formação de Preços e Grau de Monopólio	33
2.1.2 Distribuição de Renda.....	40
2.2. O Esquema de Reprodução.....	43
2.3. A Determinação dos Lucros e da Renda Nacional	46
2.4. A Questão dos Empregos nas Economias Capitalistas: Uma análise Marxista.	48
3. Os Efeitos da Industrialização do Ceará no Emprego e na Distribuição Funcional de Renda do Setor Industrial para o Período 1986 – 2010.	51
3.1. Os impactos da Composição Industrial sobre o Emprego	53
3.2. Produtividade e Emprego	61
3.3. A distribuição funcional de renda do setor industrial para o período 1986 – 2010.	66
Conclusões e Recomendações.....	75
BIBLIOGRAFIA	77

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.

TABELAS

Tabela 1 - Insumos Utilizados no processo de produção por empresas beneficiadas pelo mecanismo 34/18.....	25
Tabela 2- Participação do VTI e do Emprego por Atividade Industrial – 1988/1995.....	54
Tabela 3 – Participação do VTI por Atividade Industrial – 1996/2010.....	55
Tabela 4- Mudança na Composição Industrial e Emprego – Ceará 1988/1995.....	58
Tabela 5- Mudança na Composição Industrial e Emprego – Ceará 1996/2010.....	60
Tabela 6 – Variações de Produtividade e Emprego – Ceará 1988/1995.....	64
Tabela 7: Variações de Produtividade e Emprego – Ceará 1996/2010.....	65
Tabela 8 – Parcela Salarial e seus Determinantes para o Setor Industrial.....	68
Tabela 9 – A Composição Regional dos Efeitos Diretos, Indiretos e Induzidos, para Variáveis e Atividades Seleccionadas.....	70

QUADROS

Quadro 1 – Matriz Departamental.....	44
--------------------------------------	----

GRÁFICOS

Gráfico 1– Evolução do coeficiente de Gini no período 1986-2009.....	30
Gráfico 2– Evolução da Taxa de Pobreza no período 1986-2009(%).....	30
Gráfico 3- Crescimento Acumulado dos Estabelecimentos Industriais.....	31
Gráfico 4 – Curva de custo Marginal em uma firma em concorrência perfeita.....	33
Gráfico 5 - Modificação no Grau de Monopólio.....	37
Gráfico 6 - Relação dos custos variáveis (RCV) na indústria do Ceará 1988-2010.....	67
Gráfico 7 – Participação Relativa dos Salários na Renda Gerada na Indústria.....	71
Gráfico 8 - Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013.....	71
Gráfico 9 – Salário Médio Real da Indústria para o Período 1988-2010 (1988=100).....	72
Gráfico 10 – Rendimento médio do trabalho (Em R\$).	73

INTRODUÇÃO

A importância do setor industrial para economia do Ceará cresceu de maneira consistente nos últimos anos. Segundo relatório do Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (INDI), no período 1986 – 2010 o setor industrial expandiu-se em 185% (INDI, 2011). Nesse período o crescimento médio do valor adicionado total foi de 3,51%, enquanto que para o setor industrial foi de 4,38%. A dinâmica do setor industrial foi a grande propulsora para a taxa de crescimento do valor adicionado no estado, visto que o desempenho dos setores agropecuário e de serviços no período foi, respectivamente 2,44% e 3,71%.

O crescimento do setor industrial foi impulsionado, em grande parte, pelos diversos incentivos à instalação de plantas industriais no Ceará. Esses estímulos para a indústria tornaram-se usuais a partir do governo de Tasso Jereissati, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social do Estado. A industrialização do Ceará foi lenta e progressiva e sem grandes apoios da União. Enquanto a *nova indústria do nordeste* (OLIVEIRA, 1993) se desenvolvia a partir de fortes incentivos fiscais e financeiros, criados pela instituição do mecanismo da 34/18¹ da SUDENE, o Ceará passava à margem desse processo. Apenas 200 empresas foram contempladas pelos incentivos fiscais, cerca de 7 % do total dos projetos aprovados pela SUDENE no período 1960 -1978 (ROCHA, 2004).

A dificuldade de atrair indústrias para o Estado devia-se em parte a grandes gargalos de infraestrutura da economia cearense (fragilidade no setor energético, problemas para escoamento de mercadorias etc.). Essas dificuldades vieram a caracterizar o processo de industrialização do Ceará como *endógeno*, tendo como seus principais protagonistas o capital privado local. O mesmo não se pode dizer do estado da Bahia que se caracteriza como um processo de industrialização “exógena e espasmódica” (TEIXEIRA & GUERRA, 2000),

¹ De maneira geral, o sistema 34/18 se caracterizava: pela possibilidade de a pessoa jurídica descontar na sua declaração de rendimento, parcela do imposto de renda para aplicação que fossem considerados de interesse para o desenvolvimento regional; pela obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios; e pela obrigatoriedade de vincular tais recursos a projetos submetidos à SUDENE, dentro de prazos determinados (GUIMARÃES NETO, 2010).

proporcionado por grandes investimentos de estatais como, por exemplo, da Petrobrás na instalação da Refinaria Landulfo Alves na década de 1950 e de incentivos fiscais e financeiros (42% dos projetos aprovados pela SUDENE, no período 1960 – 1978 foram para Bahia).

O processo de consolidação da industrialização do território cearense começa a caminhar mais intensamente a partir das décadas de 1950 e 1970. A indústria do Ceará é praticamente composta por setores tradicionais² e tem suas raízes fincadas nas características da *economia regional*, como pontua Oliveira (1984), voltada para o mercado externo, exportadora de bens primários, e com certo isolamento do restante do país. Nesta ótica, a economia brasileira, no período anterior à década de 1950, era constituída por diversas *economias regionais* ou *ilhas econômicas*.

Esse processo de regionalização pode ser evidenciado pelo o que ocorreu na economia brasileira no período da I Guerra mundial, como bem identifica Baer (1987), um movimento espontâneo da economia brasileira para um modelo de *substituição de importação* a partir de um *choque do setor externo*, com efeitos pequenos para economia cearense, mas com raízes duradouras. Com os lucros acumulados na cotonicultura, foi possível financiar as indústrias ditas tradicionais, como a têxtil, de bebidas & alimentos e vestuários. A dinâmica desses setores e dos demais (da indústria e de serviços) nas *economias regionais* está diretamente vinculada a do setor primário exportador. A entrada massiva de divisas proporcionadas pelos lucros auferidos pela cotonicultura é determinante para a criação do mercado consumidor interno para esses bens manufaturados de primeira necessidade (indústria tradicional), devido ao aumento na demanda agregada que esse movimento proporciona (BAER, 1987).

A industrialização do Ceará ganha mais força a partir de esforços do governo estadual de Virgílio Távora nos anos de 1963 – 1966, dando início ao período que ficou conhecido na historiografia cearense com a “Modernização Conservadora”, encabeçados pelos “coronéis” (Virgílio Távora, Cesar Carls e Adauto Bezerra). Com o governo Virgílio Távora nasce o PLAMEG³, a primeira experiência de planejamento no Ceará e uma das primeiras do

² Subsetores da indústria ditas tradicionais (no caso os de alimentos, de bebidas, calçadista, têxtil e de vestuário) representam, segundo dados do PIA (IBGE, 2012), 64% do valor da Transformação Industrial Total.

³ Plano de Metas Governamentais do governo Virgílio Távora, elaborado para o período de 1962 - 1966.

Nordeste. Foi neste período que alguns gargalos estruturais da economia cearense foram enfrentados, tais como: formação de pessoal qualificado; integração do Ceará ao sistema Chesf, visando resolver o problema de abastecimento de energia no estado; a constituição do I Distrito Industrial de Maracanaú; reaparelhamento do porto do Mucuripe; investimentos nas áreas de transportes; e implantação de leis que desembocaram nas Políticas de Atração de Investimentos da Era Tasso (ROCHA, 2004 e ALENCAR JÚNIOR, 2006).

A partir dessas intervenções, foram criadas as bases para o processo de industrialização do Ceará, assim como a afirmação da burguesia industrial que assumirá lugar de destaque no estado com o governo dos “novos empresários”. Podemos inferir que se finda um ciclo na história social e econômica do Ceará. Com o governo de Tasso Jereissati tem-se, enfim, a consolidação da hegemonia do capitalismo monopolista no Ceará e o colapso final das agônicas oligarquias cearenses.

O *governo das mudanças* (1986 - 1990) empreendeu um esforço significativo para acelerar a industrialização, buscando resolver alguns problemas estruturais, além de uma política agressiva de incentivos fiscais. Na década de 1990, o Ceará foi referência no uso desses incentivos, a fim de trazer capitais externos para a instalação de plantas industriais, com intuito de criar emprego e renda. As práticas supracitadas tornaram-se, então, o modelo de política industrial do estado, e de modo geral para todo o Nordeste, cujo impacto imediato é o crescimento da importância relativa do emprego industrial, que atinge em 2010 1/5 do total (MESQUITA, 2011).

No nosso entendimento, as questões advindas da problemática até aqui explanada, justificam um estudo do processo de industrialização do Ceará, de suas mudanças estruturais e os efeitos dessas mudanças, no período 1986 – 2011. Defendemos que esse estudo nos oportunizará a compreensão de alguns problemas e o desfazimento de mitos que envolvem o estado cearense na atualidade, fantasiado de um ufanismo descabido, a exemplo da desigualdade de renda. Ao longo do período das “mudanças”, o coeficiente de Gini⁴,

⁴ O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a

disponibilizado pelo IPEA (2012), percebe-se que a desigualdade pessoal de renda tem se mantido ou mesmo se elevado. Em 1986, o coeficiente situava-se em 0,595, nos três anos seguintes sofreu aumentos consecutivos (0,619 em 1987; 0,645 em 1988; e 0,66 no ano de 1989), vindo apenas a ser inferior ao ano base da análise em 2002 (0,590). Se analisarmos a taxa de pobreza⁵, também disponibilizada pelo IPEA (2013), perceberemos que a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza tem se mantido elevada. Em 1987, 69,77% da população cearense estavam abaixo da linha de pobreza e no triênio 1988-1990 a proporção ficou em média 72% da população.

Essas informações deixam a seguinte indagação: como uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas (como é visto o incentivo para a vinda de empreendimentos industriais) pode ter convivido com um estado persistente de concentração de renda e de pobreza no Ceará?

Desse modo, evidencia-se a necessidade de um melhor entendimento do processo recente do desenvolvimento industrial no Ceará. Nesse sentido, o uso de um referencial teórico consistente possibilitará compreender as mudanças na estrutura industrial e suas consequências sobre a distribuição funcional da renda gerada no setor. Procuramos desse modo, entender afinal, a quem de fato essa política de incentivo fiscal e financeiro beneficiou: aos que vivem do salário ou aos que auferem lucros.

Dada a importância do setor industrial para o PIB e a geração de emprego no Ceará, podemos nos questionar: como se modificou a estrutura industrial nesse período (1986 - 2010) que se inicia com primeiro governo Tasso? A evolução da absorção de mão de obra

renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

⁵ Percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza. A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO (A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) e da OMS (Organização Mundial da Saúde). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

no setor, dentro do contexto dessas mudanças, de que maneira se desenvolveu? A renda gerada pelo setor Industrial distribuiu-se de que forma entre capitalistas e assalariados?

Elencam-se como hipóteses, para a presente pesquisa, as seguintes assertivas: A dinâmica do sistema capitalista impõe a busca por constantes inovações (tanto na estrutura produtiva, como no âmbito organizacional), o que ocasiona uma menor absorção de mão de obra; Dentro do arcabouço teórico kaleckiano, a distribuição funcional da renda entre capitalistas (fator capital) e proletariado (trabalho) corresponde à participação dos salários na renda nacional ou do setor industrial, a qual está determinada pelo *grau de monopólio* e pela relação entre os componentes dos custos diretos de produção.

A partir da discussão apresentada, percebemos a pertinência do tema proposto para análise, a fim de entender, de maneira crítica, as características e impactos da política industrial adotada pelo Ceará no período. Destarte, procederemos neste trabalho monográfico, uma análise dos efeitos das mudanças ocorridas na estrutura Industrial no Ceará no período 1986 - 2011 sobre a absorção da Mão de Obra e investigaremos a evolução da parcela salarial do pessoal ocupado no setor. Para tanto, estimaremos os efeitos das mudanças na composição do produto industrial (Valor da Transformação Industrial - VTI) sobre a absorção de mão de obra, como os impactos das variações de produtividade no período em questão. Para a análise da participação salarial e seus determinantes calcularemos indicadores a partir da abordagem kaleckiana.

O procedimento para estimar os efeitos das mudanças na composição industrial (Valor da Transformação Industrial - VTI), como das variações de produtividade sobre a absorção de mão de obra foi adaptado da tese de Ph.D. de Trejo (1971). O autor investigou o problema de absorção da mão de obra e sua relação com as modificações estruturais na indústria do México no período 1950/65. A adaptação aqui utilizada foi introduzida por Ângelo (1980), visando analisar o caso brasileiro. Aécio de Oliveira (1983) para estudar o caso nordestino utilizou este método de análise. Os dados para o estudo dos efeitos das mudanças ocorridas na estrutura industrial do Ceará serão coletados de fontes secundárias, IBGE, IPECE, SEFAZ e IDT, além dos informes da FIEC.

O cálculo do indicador de participação salarial e de seus determinantes a partir da teoria kaleckiana utilizará dados da PIA (Pesquisa Industrial Anual), seguindo a abordagem feita em outros trabalhos como os de Aécio de Oliveira (1983), Considera (1981) e Boing (2009).

O equacionamento destas questões nos possibilitou à formulação dos nossos objetivos de pesquisa. Detalharemos a seguir os principais pontos a contemplar.

Objetivo Geral:

- Analisar os efeitos das mudanças ocorridas na estrutura Industrial no Ceará no período 1986 - 2010 sobre a absorção da Mão de Obra e investigar a evolução da parcela salarial do pessoal ocupado no setor.

Objetivos Específicos:

- Estimar os efeitos das mudanças na composição do Valor da Transformação Industrial (VTI) sobre a absorção de mão de obra.
- Estimar os efeitos das variações de produtividade na absorção de mão de obra no período em questão.
- Calcular a participação salarial e de seus determinantes a partir da abordagem kaleckiana

A monografia é composta por três capítulos. O capítulo I trata do processo de industrialização do Ceará, especialmente no período 1986-2010, atentando o seu caráter histórico, político e econômico. No capítulo II desenvolvemos um aprofundamento da discussão do referencial teórico proposto. Já no capítulo III, consta a proposta metodológica para as estimações dos efeitos das mudanças na composição industrial, bem como das variações de produtividade sobre a absorção de mão de obra. Ainda neste capítulo, são tecidas algumas considerações com base no ponto de vista kaleckiano, com o propósito de inferir, de maneira indireta, as condições do mercado de trabalho do setor industrial em termos de distribuição funcional da renda, gerada no setor industrial do Ceará. Por fim, apresentamos as conclusões e recomendações para futuras pesquisas a partir dos resultados obtidos no caminhar deste trabalho monográfico.

1. A Industrialização do Ceará: Primórdios, Agonia e Êxtase.

O presente capítulo pretende tratar do processo de industrialização do Ceará, especialmente no período 1986-2010, atentando para o seu caráter histórico, político e econômico. Para nosso propósito, inicialmente faremos uma retrospectiva dos primeiros passos da economia cearense e, conseqüentemente, do setor industrial nascente, surgido espontaneamente visto as características próprias da economia brasileira no período.

Em seguida, discutiremos como se desenvolveu o processo de substituição de uma economia nacional, formada por diversas economias regionais, para uma *economia nacional regionalmente localizada* e tentaremos expor as mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil que esse movimento propiciou. Então, analisaremos as mudanças ocorridas a partir do primeiro governo Tasso, seus aspectos ideológicos, políticos e a importância alcançada pela política industrial, concebida como peça fundamental para uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Estado do Ceará.

1.1. Dos Primórdios.

Os primórdios da economia do Ceará foram conturbados. O Ceará se configurou por uma colonização tardia devido à diversos fatores, como: existência de uma população indígena belicosa; peculiaridades náuticas (correntes aéreas e marítimas) desfavoráveis à ancoragem de embarcações; as seguidas invasões holandesas na região nordeste; e, principalmente, os poucos atrativos comerciais (BONFIM, 2001). Para Portugal não existia incentivos para o empreendimento de colonização, pois não existia registro, pelas expedições anteriores, de minerais, de ouro e prata, e o clima não era propício à produção de cana-de-açúcar.

Apenas por volta da década de 1680 a colonização do território começa a se dá, o “... processo de povoamento do Ceará vai se caracterizar no sentido do pastoreio, sem claros ou hiatos, fazenda ligada a fazenda, cobrindo o Território até os confins, através da intrincada rede de rios e ravinas” (GIRÃO, 1986, p. 106). O território que viria ser conhecido como

Ceará se caracterizava pela subordinação, ou seja, uma relação de dependência de outras regiões, tanto politicamente⁶, quanto economicamente. No contexto da economia colonial, as regiões que faziam parte do complexo açucareiro, o mais dinâmico e que auferiria vultosos lucros para a coroa portuguesa (FURTADO, 2007), proporcionavam outros setores independentes do setor dinâmico, visando o seu abastecimento. Os nascentes setores poderiam ser explorados por regiões que não eram dotadas das condições propícias para expansão da cana-de-açúcar com expressividade para a exportação, como era o caso do território cearense.

O desenvolvimento da economia açucareira no Nordeste na extensão litorânea acarretou “consequências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicava a coroa portuguesa” (FURTADO, 2007, p. 92), justifica-se tanto os recursos para a exploração por parte da coroa de outros territórios reclamados, como para o surgimento de outras atividades. Nesse caso, a agropecuária nasce como uma projeção da economia açucareira, formando o que Furtado (2007) pontua de *complexo econômico nordestino*.

É na pecuária que o Ceará encontra seu primeiro fim econômico, inserido no contexto de atrofiamento da economia nordestina, no segundo decênio do século XVII. A importância da pecuária para economia local foi expressiva, o couro e a carne de charque proporcionaram um intenso intercâmbio comercial com as regiões vizinhas. Entretanto, a influência do setor se esvai no final do século XVIII, em primeiro lugar pela introdução da cotonicultura na região em 1777, e pelo fim das charqueadas, que migraram para o Sul entre o período de seca que perdurou de 1790 a 1793 (BONFIM, 2001).

A cotonicultura no Ceará foi bastante impulsionada pela guerra de Independência dos EUA (1777-1780), colônia esta que era a principal fornecedora de algodão para a indústria têxtil europeia em expansão (Inglaterra, principalmente) que vivia sua Revolução Industrial. As exportações cearenses tiveram uma enorme elevação, porém as benéficas dessa entrada massiva de divisas favoreceu, no primeiro momento, apenas a Província de Pernambuco, visto que o Ceará se tornaria uma província independente apenas em 1799. O *boom* das exportações do algodão se deu no ano de 1822, onde houve uma diminuição do *quantum* exportado, além de uma abrupta queda do preço internacional do algodão.

⁶ Bonfim (2001) salienta que do ponto de vista geopolítico o Ceará fez parte da Província do Maranhão e Grão-Pará de 1621 a 1656 e depois da Província de Pernambuco até 1799.

Vale salientar que no decorrer do século XVIII o complexo econômico nordestino se desfaz, tornando-se “progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir” (FURTADO, 2007, p. 106). No decorrer do final do século XVIII a todo século XIX, se consolida no Brasil o que Oliveira (1984) denomina de *economia nacional* formada por várias *economias regionais*.

As *Economias Regionais* voltadas para o mercado externo têm como características principais de serem exportadoras de bens primários e possuem certo isolamento do restante do país. O comportamento dos demais setores da economia (Indústria e Serviços), assim como sua dinâmica é uma “função direta da situação do setor primário, mais precisamente do poder de compra, isto é, do mercado, criado pela produção dos bens que se exportavam” (OLIVEIRA, 1984).

No caso do Ceará, os lucros acumulados na cotonicultura, possibilitaram financiar as indústrias ditas tradicionais, como a têxtil, de bebidas & alimentos e vestuários. Diversas fábricas do referido setor foram instaladas no Ceará no decorrer do século XVIII. Segundo documentos oficiais, nesse período se instalaram diversas fábricas, como: de chapéus, de velas de cera de carnaúba, de selins, de sabão, rapés, mais padarias e oficinas de sapateiros, alfaiatarias dispersas, “todas elas visando apenas atender as necessidades da população” (FIEC, 2010). Em 1884 – para muitos historiadores este foi o ano marco da industrialização cearense – foi inaugurada a Fábrica de Tecidos Progresso, pois, segundo Nobre (1989), antes a única atividade que possuía maquinaria era a tipografia.

Oliveira (1984) nos faz compreender a posição da historiografia cearense no que diz respeito a considerar os empreendimentos referidos “sem expressão” (NOBRE, 1989). O autor evoca a imagem de Chenery ao analisar que a estrutura industrial que se implantou nas *economias regionais* era uma função direta do “tamanho da população e do nível de *renda per capita* de cada região” (OLIVEIRA, 1984, p. 57). A assertiva do autor é corroborada pelos números, pois a população cearense não era expressiva em 1872, fazia-se em 689.773 a população livre no Ceará (PINHEIRO, 1989/90) e notavelmente pobre, o que promoveu uma estrutura industrial para consumo regional de baixa capacidade competitiva.

O auge e declínio da conjuntura econômica brasileira, caracterizada por *ilhas econômicas* no período da I Guerra mundial, como bem identifica Baer (1987), foi um movimento espontâneo da economia brasileira rumo a um modelo de *substituição de*

importação a partir de um *choque do setor externo*, com efeitos pequenos para economia cearense, mas com raízes duradouras. A partir desse movimento espontâneo, foi possível financiar de maneira mais intensa as indústrias ditas tradicionais, como a têxtil, de bebidas & alimentos e vestuários.

A questão que se põe é que nesse mesmo período o crescimento industrial do Sudeste (principalmente São Paulo) se dá de maneira também intensa, porém nessa região já existia uma estrutura industrial bem mais desenvolvida do que qualquer outra economia regional em âmbito nacional. Seguindo o modelo de Chenery (OLIVEIRA, 1984), os lucros auferidos pela cultura do café (elevada *renda per capita*) e o tamanho da população de São Paulo, mostram a magnitude da estrutura industrial instalada no Sudeste, comparativamente com restante do país.

Dessa forma, o declínio se dá com o crescimento industrial da região sudeste, que mudará a conjuntura econômica brasileira radicalmente. Em primeira instância, mudando a divisão social do trabalho em seu próprio espaço, depois ampliando seus efeitos para o âmbito de uma nova divisão social do trabalho no espaço nacional.

1.2. A Nova Divisão Inter-regional do Trabalho e seus Efeitos para o Nordeste.

O rápido e intenso crescimento industrial observado na região Sudeste, especificamente em São Paulo, no período da II Guerra Mundial foi o epicentro de uma nova divisão inter-regional do trabalho no espaço nacional, uma a mudança estrutural da economia nacional. Sua consequência direta foi a substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais, para uma economia nacional regionalmente localizada (OLIVEIRA, 1984).

A análise setorial procedida por Oliveira (1984) revela essa nova divisão do trabalho inter-regional. A partir da intensificação da industrialização do Brasil, encabeçada por São Paulo e que se espalha pela região Sudeste, muda-se o valor adicionado setorial nacional. A participação do valor adicionado industrial aumenta no período de 1939-1968, em detrimento do setor agrícola, tanto no Sudeste, como no Brasil.

No sentido inverso, temos que as regiões Sul e Nordeste assumiram uma rápida expansão, principalmente no Sul, na participação do total da agricultura nacional. A perda de espaço na participação do setor industrial nacional é bastante significativa. Esse movimento têm efeitos importantes para as economias nordestina e sulista.

Se analisarmos o comércio inter-regional entre as economias nordestina e sulista com o Sudeste, é evidente a existência de uma *deterioração dos termos de trocas*. As regiões mais agrárias transacionam uma quantidade maior de bens primários, enquanto absorve a produção industrial, sendo estes produtos possuidores de maior valor agregado. Esta Relação comercial acabou se caracterizado com uma dupla transferência de renda do Nordeste para o Sudeste, ou seja:

[...] o crescimento e a concentração industrial da região Centro-Sul, a política cambial protecionista e a manutenção de uma economia primário exportadora no Nordeste faziam com que este importasse bens industrializados do Centro-Sul, a preços mais altos que os do exterior, e exportasse matérias-primas e alimentos para este, Centro-Sul (DINIZ, 2009, p. 238).

1.3. As Perspectivas Agônicas

Voltemos os olhos para o Nordeste. Vale observar o passado colonial para a compreensão das perspectivas agônicas que a região passou nesse período de mudança estrutural na economia brasileira. Como já foi apresentado, a partir da metade do século XVII, o complexo econômico nordestino passa a sofrer uma involução econômica (FURTADO, 2007) que se arrasta e se agrava com o movimento apresentado a partir do início do século XX.

Dentro do percurso histórico - econômico nordestino, o setor dinâmico de alta produtividade, o complexo açucareiro, foi perdendo importância relativa; a produtividade da pecuária foi perdendo a sua força numa relação inversa ao seu crescimento e a agricultura era desenvolvida puramente para subsistência, como bem salienta Furtado (2007):

A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e

especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua pecuária e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema brasileiro em épocas posteriores – estão ligados a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira (p.106).

A conjugação dos efeitos da nova divisão inter-regional do trabalho com as idiosincrasias do desenvolvimento histórico e econômico do Nordeste desencadearam uma organização econômica desfavorável na região, que se convencionou chamar *a questão nordestina*. As disparidades criadas tenderam a se intensificar com as reformas de infraestrutura pela qual o Brasil passou no governo Kubitschek (Plano de Metas) e com a consequente formação de um mercado nacional, pondo fim as “... barreiras ‘invisíveis’ que protegiam a produção industrial nordestina” (OLIVEIRA, 1984, p.58).

As economias regionais voltadas para a exportação tiveram o primeiro impulso industrial simultaneamente com as indústrias ditas tradicionais. Com os avanços de produtividade próprios da formação econômica do Sudeste (São Paulo) e a ampliação de seu mercado consumidor, os seus produtos industrializados possuíam um poder de penetração na região nordeste, onde já havia estabelecido empreendimentos para atender as necessidades locais. O movimento apresentado pode facilmente ser constatado pela perda de representatividade do setor industrial apresentado na análise setorial citada (OLIVEIRA, 1984).

No âmbito de uma análise microeconômica, as empresas nordestinas concorrentes às empresas do Sudeste acabaram expelidas do mercado ou perdendo intensamente a sua representatividade no mercado interno. As relações concorrenciais possuíam uma forte carga tendencial de retroalimentação das disparidades competitivas.

As indústrias nordestinas, em sua maioria de baixa produtividade, são incapazes de competir com as empresas do Sudeste. Tal incapacidade se acentua por seu atraso tecnológico. Além do investimento em modernização tecnológica ser de difícil acomodação à curto prazo, ele também é caracterizado por seus elevados custos que nem sempre podem ser assumidos por pequenos estabelecimentos.

Essa questão foi abordada pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado por Celso Furtado e financiado pelo governo Federal no documento denominado de *Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste*⁷. O documento acena para a questão da produção de um fluxo de renda da região mais pobre para a mais rica, como consequência direta do fenômeno agônico descrito nos parágrafos anteriores. As críticas e propostas do GTDN resumiam a então proposta da SUDENE, inaugurando um novo modelo de desenvolvimento regional, dando origem a *Nova Industrialização do Nordeste*. A agonia inicial, destrutiva, é suplantada pela criação de um novo modelo de acumulação para a região. A agonia é criadora, dialética.

1.4. A Nova Industrialização do Nordeste e seus Efeitos para o Ceará.

A análise feita pelo documento *Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste*⁸ foi a pedra fundante da nova industrialização da região, a partir de uma nova relação entre o seu setor industrial nordestino com o do Sudeste, região líder. O instrumento mais importante nessa perspectiva de promoção da industrialização no Nordeste e, conseqüentemente, para a redução dos desequilíbrios inter-regionais, foi o mecanismo 34/18, como ficou conhecido o artigo 34 da lei n. 3995, de 14 de dezembro de 1961 e do artigo 18 da lei n. 4239 de 17 de junho de 1963⁹.

⁷ O GTDN lançou a primeira edição do documento em 1959.

⁸ O documento defendia um forte intervencionismo estatal para alcançar seus objetivos, os principais pontos abordados pelo documento, e citados por Abu-El-Haj (1997, p. 328), de onde copilamos, podem ser observados a seguir: 1) A disparidade intra-regional no Brasil, particularmente entre as regiões Sudeste e Nordeste, é irreversível caso não exista intervenção sistemática do governo federal (União); 2) A situação de subdesenvolvimento em que se encontra a região é uma decorrência de transferência de renda para o Sudeste e o Sul. O fluxo de recursos é condicionado por um processo de industrialização planejada que concentrou todos os esforços de crescimento econômico nas áreas favorecidas; e 3) A salvação da região nordestina exige uma política de industrialização que utiliza a mão de obra e a matérias-primas locais. As vantagens comparativas dariam ao Nordeste uma capacidade de ampliar a estrutura do mercado de trabalho e acentuaria a geração de emprego.

⁹ Guimarães Neto (2010, p. 362) pontua as seguintes características do mecanismo: i. A possibilidade de a pessoa jurídica descontar na sua declaração de rendimento, parcela do Imposto de Renda para aplicação em projetos que fossem gerados de interesse para o desenvolvimento regional; ii. Pela a obrigatoriedade de contrapartida de recursos próprios; iii. e pela obrigatoriedade de vincular tais recursos a projetos submetidos à SUDENE, dentro de prazos determinados.

É notória a relação entre a crise iniciada nos anos de 1960 e a criação do mecanismo de incentivos inaugurado pelo artigo 34/18. As transferências de empresas da região dinâmica do país para o Nordeste a partir de subsídios de seus capitais acabou atendendo a uma “... *necessidade estrutural* da expansão capitalista no Brasil.” (OLIVEIRA, 1984. P. 59) e não a resolução dos desequilíbrios inter-regionais. O auge da recessão econômica, que se deu a partir do PAEG (1964-1968), coincidiu com a liberação de recursos via o mecanismo 34/18, no intervalo dos anos entre 1966-1967, passando do nível de 8.474 para 27.209, ou seja, um crescimento acumulado de 221 % (1966=100%) (OLIVEIRA, 1984).

A saída desse quadro mostra-se em duas frentes, a primeira seria a ativação da indústria de bens de capitais nacionais. Segundo relatório da SUDENE, as aquisições de equipamentos produzidos nacionalmente atingiram o valor de Cr\$ 170 milhões, contra 108,1 milhões em aquisição de equipamentos estrangeiros no período (SUDENE, apud, OLIVEIRA, 1984). Na outra frente, e até mais importante, percebemos um movimento de homogeneização do capitalismo no espaço brasileiro, uma expansão capitalista para as regiões mais atrasadas, fora do epicentro dinâmico da região líder. A expansão do capitalismo monopolista mostra-se como saída para a manutenção das elevadas taxas de lucro dos capitais sediados na região Sudeste (OLIVEIRA, 1984).

O *modus operandis* da SUDENE a partir do mecanismo 34/18, no estudo realizado por Goodman (1974), mostra que a maioria das firmas era de origem nacional e de fora da região de atuação. Os setores Metalúrgicos e Químicos foram beneficiados por, respectivamente, 14,7% e 25% dos recursos liberados. Das empresas metalúrgicas que se instalaram no Nordeste, 77% delas eram de outras regiões do Brasil, e no setor químico eram 69% das empresas. Em relação aos insumos utilizados no processo de produção das empresas financiadas pelo mecanismo 34/18, temos as seguintes proporções dos insumos utilizados:

Tabela 1 - Insumos Utilizados no processo de produção por empresas beneficiadas pelo mecanismo 34/18.

SETOR	NORDESTE	SUDESTE	EXTERIOR
Não metálico	65,0	30,0	5,0
Metalúrgico	23,0	67,0	10,0
Maquinaria	7,0	92,0	1,0
E. Eletrônica	5,0	71,0	24,0
E. Transporte	2,0	96,0	2,0

Fonte: SUDENE
Elaboração própria.

A Tabela 1 apresenta a dependência da região Nordeste em relação às fontes de matérias primas. Percebemos que a nova industrialização do nordeste acaba criando uma matriz interindustrial regional com baixa integração. Os impactos econômicos acabam por *vazar* para outras regiões do país, não se fazendo perceber a *endogenização* do desenvolvimento industrial ao complexo econômico nordestino.

Outra fase se inicia com a promulgação do Decreto Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, que modificou o Artigo 34/18 e foi chamado de *Fundo de Investimento do Nordeste* (FINOR). A forma de ação desses incentivos foi pautada em dois princípios básicos: Competitividade e Eficiência. O primeiro possui relação direta com a capacidade de ganhar mercado e perfil exportador da indústria beneficiada; o segundo está ligado a capacidade de modernização tecnológica e da incorporação de um gerenciamento “científico” dos empreendimentos (ABU-EL-HAJ, 1997).

A divisão proposta por Abu-El-Haj (1997) da influência da SUDENE no desenvolvimento econômico e do complexo industrial do Ceará pode ser compreendida em duas fases: a primeira se inicia com o advento do mecanismo 34/18, que pouco influenciou a indústria local, sendo os recursos investidos no Ceará pífios. Dados da SUDENE (*apud* ABU-EL-HAJ, 1997) apontam que em 1968 apenas 8,6% dos fundos do mecanismo 34/18 foram investidos no Ceará, sendo que a maior parte das empresas incentivadas faz parte de setores tradicionais como: têxtil, alimentício, vestuários e com predominância de pequenas e médias empresas de capital local.

A Segunda fase se dá com o FINOR, onde os efeitos foram bem maiores na estrutura industrial e concentrados novamente nos setores tradicionais da indústria. A sua influência

mais notória foi para a criação de um novo grupo político e de sua ideologia. Essa nova geração de empresários que recomporia o CIC (Centro Industrial Cearense), seria o berço político do governo dos *novos empresários*.

Destacamos também diversos esforços de governo do ciclo dos coronéis, principalmente nos governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982), no sentido de transformar o Estado atraente para o capital de fora do Nordeste, além de ser um complemento aos esforços de industrialização do governo federal na região. Sobre esse tema, dados da SUDENE (apud ROCHA, 2004) mostram que entre os anos de 1968-1978, apenas 7,2% dos empreendimentos financiados pelos incentivos fiscais (34/18 e FINOR) foram destinados para o Ceará.

Em seu primeiro mandato, o governador Virgílio (1962-1966) dá início ao período da “Modernização Conservadora” do Ceará. Nasce o PLAMEG, a primeira experiência de planejamento no Ceará e uma das primeiras do Nordeste. Foi neste período que alguns gargalos estruturais da economia cearense foram enfrentados, tais como: formação de pessoal qualificado; integração do Ceará ao sistema Chesf, visando resolver o problema de abastecimento de energia no estado; a constituição do I Distrito Industrial de Maracanaú; reaparelhamento do porto do Mucuripe; investimentos nas áreas de transportes (ROCHA, 2004 e ALENCAR JÚNIOR, 2006).

Em seu segundo mandato (1979-1982), os esforços industrializantes continuaram. No primeiro ano de mandato, temos a criação do “Programa Estadual para o Incentivo da Indústria”, como mecanismo de incentivos estaduais para o setor. Ainda no final do mesmo ano, criou-se o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará¹⁰ (FDI), que passou a financiar, de forma complementar, visto a baixa participação do Ceará nos incentivos federais operacionalizados pela SUDENE. Com o governo Gonzaga Motta (1982-1986), temos praticamente a dissolução dos programas de incentivos fiscais, como também a extinção dos

¹⁰ O FDI foi criado pela Lei No 10.367, de 07 de Dezembro de 1979. Segundo ROCHA (2004, p. 64) “A filosofia desse fundo é de conceder empréstimos equivalentes a uma certa porcentagem do ICMS recolhido pelas empresas incentivadas na condição de elas reembolsá-los após um período de carência. O incentivo dado às empresas manifesta-se, principalmente, no momento do reembolso do empréstimo, quando elas se beneficiam de uma renúncia financeira do Governo do Estado, que perdoa parte significativa da dívida.”

incentivos cedidos nos outros mandatos, por ocasião da grave crise fiscal em que o Estado cearense entrou.

Podemos concluir que politicamente os incentivos estatais asseguraram a existência de uma classe empresarial autônoma do poder local e das instituições tradicionais do Estado Brasileiro. Uma característica fundamental para a ascensão dos *novos empresários* ao poder foi a existência de infraestrutura interna para a manutenção de uma indústria competitiva, desenvolvida principalmente por intervenções estaduais.

1.5. O Êxtase: O Governo das Mudanças e seus Efeitos na Estrutura Industrial Cearense.

A profunda crise fiscal herdada do governo de Gonzaga Mota que chegava a ser 87% da receita do Estado (TENDLER, 1997), necessitava do novo governo, de Tasso Jereissati (1986-1990), diversas reformas no afã de ajustar suas contas públicas, tendo como mote a modernização do estado cearense. O posicionamento ideológico do governo estadual era bem claro, derivado da CIC, tinha um forte teor liberalizante, como enumera Abu-El-Haj (1997, p. 341) “o apoio a concorrência, recuperação do Estado, recuperação das Finanças públicas, defesa do mercado e da propriedade privada, etc.”.

Outro ponto importante é a crítica inflamada desse grupo ao intervencionismo estatal, demonstrando o caráter contraditório do que viria a ser o grande legado do *Governo das Mudanças*, a potencialização da industrialização do Ceará via instrumentos fiscais.

No documento “Plano de Mudanças: 1987-1991”, onde podem ser encontradas as diretrizes básicas do governo Tasso, em uma das passagens, o Plano afirma que devido às características particulares territoriais e do desenvolvimento econômico do estado, a industrialização se tornava dependente de ação governamental (CEARÁ, 1987). A intervenção estatal, dentro de uma perspectiva liberal, causa mais distorções do que eficiência econômica, indo de encontro com núcleo duro do perfil ideológico da CIC, mostrando bem o caráter classista e contraditório, inerente à nova gestão.

Destarte, já no início de seu mandato, o governo Tasso retorna as práticas de incentivo ao setor industrial, inclusive reavendo contratos de incentivos para os empreendimentos suspensos no governo Gonzaga Mota (ROCHA, 2004). Para firmar o novo grupo político, o novo governo trata de eliminar, afastar e/ou subordinar as elites tradicionais ao centro de poder estadual (BONFIM 2001), o que garante ao governo eleger seu candidato, Ciro Gomes (1991-1994).

O governo Ciro foi de continuidade da nova perspectiva de política de industrialização, e com um aprofundamento da relação simbiótica entre o empresariado e o Governo do Estado. O grande marco foi a criação do *Pacto de Cooperação*, “... que se define por ser uma tentativa de criar um movimento de parceria entre o Governo e os empresários, na perspectiva de repensar a estrutura econômica cearense” (BONFIM, 2001, p.113).

A aproximação entre governo do estado e empresários representa uma atuação da CIC mais invasiva nos negócios públicos, no que se refere, por exemplo, a diminuição da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para setores em dificuldades. A nova *oligarquia* que se consolida, formada pela elite empresarial cearense, têm seu poder de reivindicação aumentado, ou seja, com participação ativa e preponderante nos marcos decisórios da política cearense diante dos diversos setores da sociedade.

O governo Ciro conhece a intensificação de incentivos fiscais para as indústrias, junto à nova conjuntura econômica nacional inaugurada com o plano real (1993/1994) e todos seus custos sociais, possibilitando a retomada de investimentos privados no Brasil. O que há de novidade é a postura agressiva de incentivo a instalação de empreendimentos industriais externos ao estado cearense. O pioneirismo do Ceará na utilização de incentivos fiscais para atração de capitais externos foi exemplo para o Brasil e estopim do que viria a ser conhecida como a *Guerra Fiscal*.

Os governos seguintes de Tasso (1995-2002) e Lúcio Alcântara (2003-2006) deram continuidade aos incentivos fiscais, porém, em meados do segundo mandato de Tasso, percebe-se uma generalização da política de industrialização via incentivos fiscais por todo Nordeste. Com seu trunfo político em jogo, Tasso tenta uma unificação das políticas de incentivo fiscais dos estados do Nordeste, o que foi frustrado pelos mesmos motivos de seu

sucesso no Ceará, os ganhos aparentes de curto-prazo. O êxtase, arrebatamento do espírito, foi diluído, e uma política aparentemente sustentável acaba apresentando indícios de um desequilíbrio das contas estaduais.

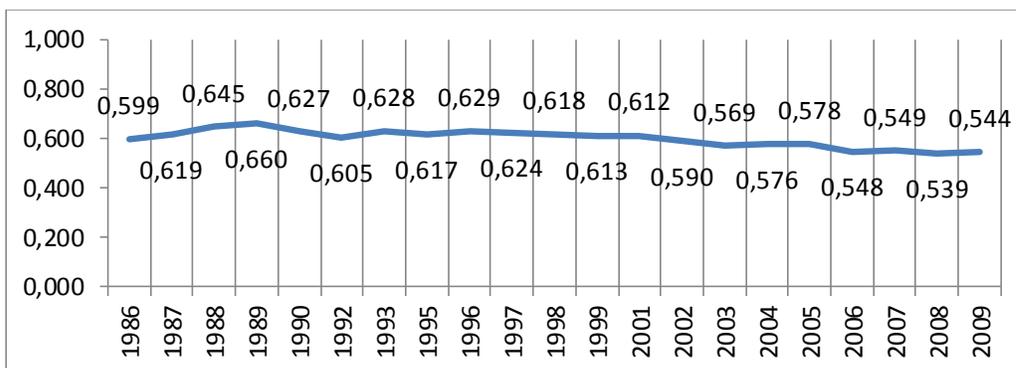
Mesmo diante dessa nova conjuntura, o governo de Lúcio Alcântara foi obrigado a ceder às pressões políticas de continuar os incentivos fiscais, porém buscou uma redução dos custos da política industrial. Foi criado um sistema de pontuação para a concessão ou não de incentivos.

Com a vitória de Luís Inácio “Lula” da Silva para a presidência da república, e as políticas de compensação por ele intensificadas, se inicia o *cheque mate* aos *novos empresários* no poder, que culminou na vitória de Cid Gomes nas eleições para governo do estado alencarino.

Corroborando para o enfraquecimento do grupo político da CIC, as questões sociais ficaram afloradas pois, a partir de indicadores, nos é apresentado os inexistentes ganhos sociais. Mesmo com a relação de vulnerabilidade do governo do estado com a CIC, o modelo de incentivo à instalação de indústrias para o estado continuou expressivo e a influência do empresariado nas ações do governo cearense continua ainda hoje.

Demonstraremos a seguir, a partir da análise de indicadores, o quanto os ganhos sociais foram tímidos nesses anos em que as políticas industriais passaram a ser consideradas políticas de desenvolvimento social para a criação de emprego e renda.

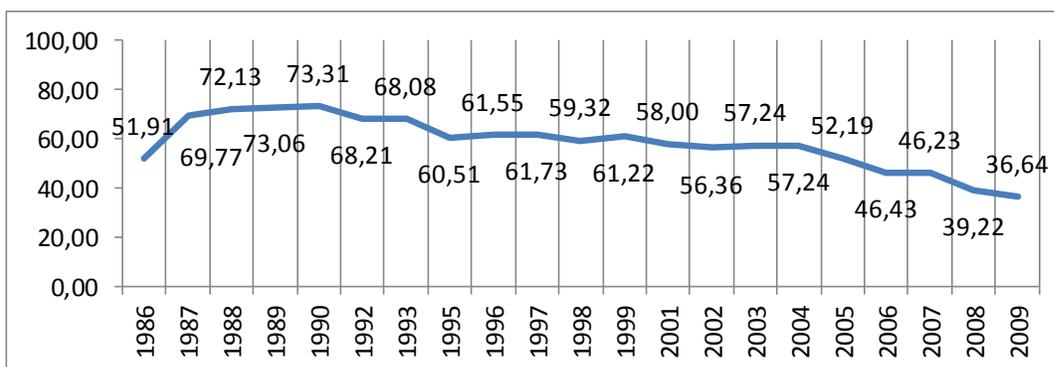
Ao longo do período 1986-2009 (Gráfico 1), o coeficiente de Gini, disponibilizado pelo IPEA (2012), aponta que a desigualdade pessoal de renda tem se mantido ou mesmo se elevado. Em 1986, o coeficiente situava-se em 0,595, nos três anos seguintes sofreu aumentos consecutivos (0,619 em 1987; 0,645 em 1988; e 0,66 no ano de 1989), vindo apenas a ser inferior ao ano base da análise em 2002 (0,590), ponto de inflexão no que consiste os indicadores de distribuição pessoal de renda.

Gráfico 1– Evolução do coeficiente de Gini no período 1986-2009.

Fonte: IPEA (2013)

Elaboração própria.

Se analisarmos a taxa de pobreza (Gráfico 2) também disponibilizada pelo IPEA (2012), perceberemos que a proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza tem se mantido elevada. Em 1987, 69,77% da população cearense estavam abaixo da linha de pobreza e no triênio 1988-1990 a proporção ficou em média 72% da população. A queda na taxa de pobreza na população começa a ter expressões acentuadas a partir de 2004 (57,24%), e em 2009 se encontrava em 36,64%, representando uma queda de 20,6 pontos percentuais.

Gráfico 2– Evolução da Taxa de Pobreza no período 1986-2009(%).

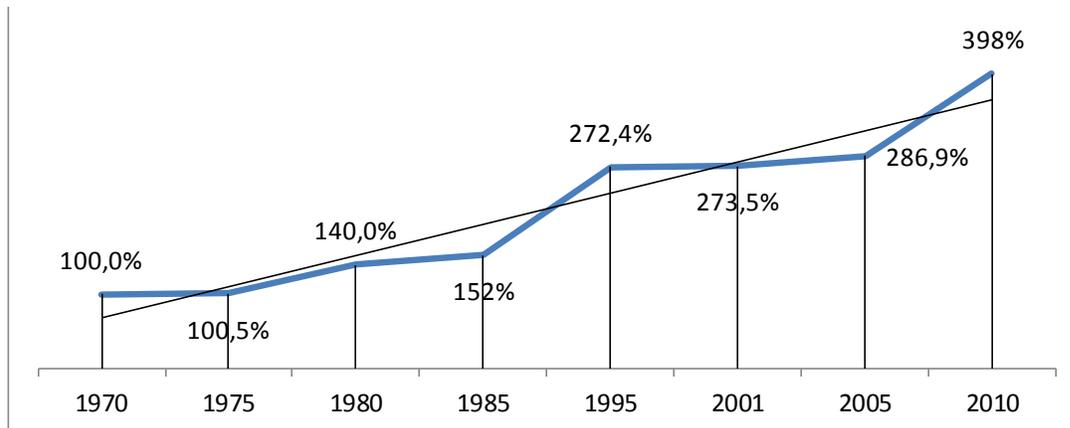
Fonte: IPEA (2013).

Elaboração Própria.

No entanto, no que consiste a absorção de empreendimentos industriais no Ceará, percebe-se um grande êxito. No período do auge dos incentivos fiscais do *governo das mudanças*, segundo governo de Tasso (1995-1998), o crescimento acumulado dos estabelecimentos industriais (Gráfico 3) foi de 172,4%. Percebemos que os empreendimentos chegam ao patamar elevadíssimo em 2010 (Acumulado de 298%), evidenciando a

preocupação do governo Cid com os interesses empresariais, o que não seria de se estranhar visto a origem ideológica dos Ferreira Gomes, como foi apresentado no texto.

Gráfico 3- Crescimento Acumulado dos Estabelecimentos Industriais.



Fonte: IPECE (2013).
Elaboração Própria.

As informações apresentadas deixam a seguinte indagação: como uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioeconômicas (como é visto o incentivo para a vinda de empreendimentos industriais) pode ter convivido com um estado persistente de concentração de renda e de pobreza no Ceará? É oportuno e necessário um melhor entendimento do processo recente do desenvolvimento industrial no Ceará. Um olhar sobre a questão, para além de ufanismo míope, oportunizará a compreensão de alguns problemas e o desfazimento de mitos que envolvem o estado cearense na atualidade.

Nesse sentido, o uso de um referencial teórico consistente possibilitará compreender as mudanças na estrutura industrial e suas consequências sobre a distribuição funcional da renda gerada no setor. Procuramos desse modo, entender afinal, a quem de fato essa política de incentivo fiscal e financeiro beneficiou.

2. A Dinâmica Econômica Capitalista à luz da teoria Kaleckiana e Marxiana.

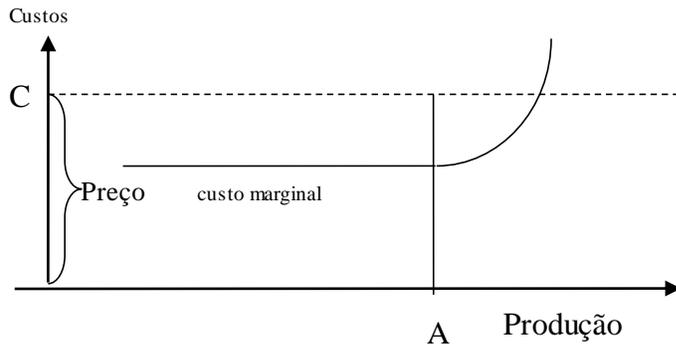
A organização industrial do capitalismo contemporâneo é basicamente composta de situações de competição imperfeita (monopólio, oligopólio, competição monopolística, etc.). A consequência direta dessa concentração de poder de mercado é a capacidade das empresas de administrar preços num contexto determinado de custos de produção e do planejamento da utilização da capacidade produtiva instalada nos empreendimentos industriais, observando as variações de demanda.

A compreensão da dinâmica econômica capitalista dentro do contexto da realidade aqui analisada, necessita de um aporte teórico em que esses fundamentos microeconômicos sejam contemplados. A economia como disciplina apresenta-se em um momento de conservadorismo intelectual e, porque não dizer, político, que pouco pode responder as questões postas por nossa pesquisa. Para o propósito deste trabalho nos utilizaremos do arcabouço teórico de Kalecki, em sua lúcida análise da dinâmica da economia capitalista.

2.1. Grau de Monopólio e Distribuição de Renda

A distribuição de renda na teoria kaleckiana leva em consideração alguns fundamentos microeconômicos, o que exige a análise da formação de preços sob as condições de competição imperfeita. *A teoria da firma kaleckiana*, descarta a hipótese de livre concorrência entre as empresas e de custos marginais crescentes. Na competição imperfeita proposta por Kalecki, os custos marginais são constantes no intervalo relevante da produção, elevando-se próximo da plena utilização da capacidade instalada (ponto A) (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Curva de custo Marginal em uma firma em concorrência imperfeita



FONTE: Kalecki (1987).
Elaboração própria.

Ancorado nos fatores apresentados, o autor afirma que toda empresa inserida na situação de concorrência imperfeita possui algum poder de mercado, mesmo considerando as pequenas e médias empresas (FERREIRA, 1990). Nesse sentido, Kalecki (1987, p. 84) aponta que “a razão entre os preços e os custos marginais (...) indica o quanto a situação se afasta da concorrência perfeita, e por isso pode servir como medida do ‘grau de monopólio’.

Conforme as considerações a seguir, à teoria da distribuição de renda kaleckiana se dá como desdobramento da crítica ao modelo (neo) clássico. Para o autor, é na formação de preços que a distribuição se explicita, visto que depende da relação entre o excedente unitário e os custos diretos.

2.1.1 Formação de Preços e Grau de Monopólio

Para Kalecki (1983), a análise das alterações de preços das mercadorias pode ser dividida em dois grupos: aquelas cujos os preços são *determinadas pelo custo de produção*, tipificados pelos produtos acabados; e as alterações *determinadas pela demanda*, como é o caso das matérias primas e produtos alimentícios.

A oferta das matérias-primas é inelástica, o que impede uma resposta imediata diante de aumentos na quantidade demandada. O aumento da procura por esses bens causam diminuição nos estoques e conseqüentemente elevação dos preços das mercadorias¹¹.

Produtos acabados possuem oferta elástica, devido a existência de capacidade ociosa que predomina na concorrência imperfeita, possibilitando ao empreendimento atender acréscimos na demanda desses bens. A variação de preços, caso exista, se dá pelas modificações dos custos de produção. Para uma melhor compreensão dessa dinâmica capitalista, nos debruçaremos na formação de preços desse tipo de mercadoria.

Para a determinação do preço da firma, consideraremos as seguintes hipóteses:

- i- Uma firma com um dado capital fixo;
- ii- A estrutura de oferta seja elástica, ou seja, a firma opera com capacidade ociosa;
- iii- Os custos diretos (custos de materiais e salários) sejam estáveis por unidade produzida para a amplitude relevante da produção;
- iv- Diante das incertezas com que se defronta o processo de fixação de preço, não consideraremos que a firma recorra a alguma regra neoclássica de maximização de lucro. No entanto, é preciso garantir uma taxa mínima de lucros;
- v- O nível efetivo dos custos indiretos¹² não influencia diretamente a determinação de preços.

As hipóteses i e ii, não carecem de detalhamento, pois já foram discutidas em nossa análise dos *produtos acabados* com preços determinados pelos custos. A hipótese iii, conforme apresentado no Gráfico 4, refuta a existência de custos marginais crescentes, e afirmam sua estabilidade até certo nível de produção próximo da plena utilização da capacidade instalada.

¹¹ Segundo Kalecki (1983), essa tendência pode ser potencializados pela inclusão de aumentos secundários na demanda de caráter especulativo.

¹² Os custos indiretos são constituídos por impostos e taxas que não estão associados ao processo de comercialização, despesas com propaganda, encargos sociais, dentre outras despesas que não se ligam diretamente à geração do produto; constituindo a parte do excedente gerado que é transferido (FERREIRA, 1990).

A hipótese iv é plausível na organização industrial que opere em competição imperfeita, pois desconsidera os preceitos da ortodoxia econômica (competição perfeita e custos marginais crescentes). Entretanto, é mais palatável acreditarmos que as empresas procurarão aumentar seu poder de mercado no longo prazo, de modo a diminuir as incertezas que decorrem da competição intercapitalista.

A hipótese v considera que os custos indiretos permanecem mais ou menos estáveis às variações da produção, porém como observaremos no decorrer da explanação da teoria kaleckiana, os custos indiretos podem influenciar indiretamente os preços. Tendo isso em mente podemos estabelecer o modo que as firmas atuam para a fixação dos preços.

Para Kalecki (1983), no processo de fixação de preços a firma considera seus custos diretos e a média dos preços das firmas concorrentes. Assim, evita-se elevar o preço demasiadamente em relação ao preço das concorrentes, o que desencadearia uma queda significativa das vendas. Ao mesmo tempo, a empresa deve evitar que o preço não fique próximo aos custos diretos a ponto de terem uma margem de lucro muito reduzida. Considerando p o preço fixado pela firma, u seu custo direto unitário e ρ a média ponderada dos preços de todas as firmas que produzem produtos similares, temos a seguinte equação de comportamento:

$$p = mu + n\rho \quad (1)$$

Onde, m e n possuem as seguintes propriedades:

- i. são coeficientes positivos que caracterizam a política de fixação de preços da firma.
- ii. $n < 1$, tendo em vista que, no caso do p da firma em foco ser igual ao preço médio, ρ , podemos chegar na seguinte relação:

$$p = mu + n\rho \quad (1')$$

Percebemos, a partir da equação 1, dentro das hipóteses do modelo, a total incompatibilidade do mecanismo de formação de preço com o modelo de concorrência perfeita, como salienta Kalecki (1982, p. 8-9):

Ora, se predominasse condições de concorrência perfeita, o excedente do preço (p) sobre os custos diretos unitários (u) levaria a firma aumentar a produção até o ponto em que se eliminasse totalmente a capacidade ociosa. Assim, qualquer firma que ficasse no ramo chegaria ao pleno emprego dos fatores de produção, sendo que o preço subiria até o nível em que se equilibrava oferta e procura.

Ainda sobre esse assunto Kalecki (1977) pondera:

... se o preço não é determinado pelo equilíbrio entre oferta com plena utilização dos equipamentos de um lado, e a demanda, de outro, então os preços são fixados pelas firmas com base nos custos primários médios e no preço médio do produto do setor em questão. (1977, p.108).

Concluimos que a razão entre preço e custos diretos unitários expressa o que comumente se denomina mark-up ($k = \frac{p}{u}$). Evidentemente que, quanto maior o preço da firma com relação a seus custos diretos unitários, mais distante está a firma de operar em concorrência perfeita. A partir dessa discussão, dividindo a equação (1) pelo custo unitário da firma (u), Kalecki (1983) chega a seguinte expressão:

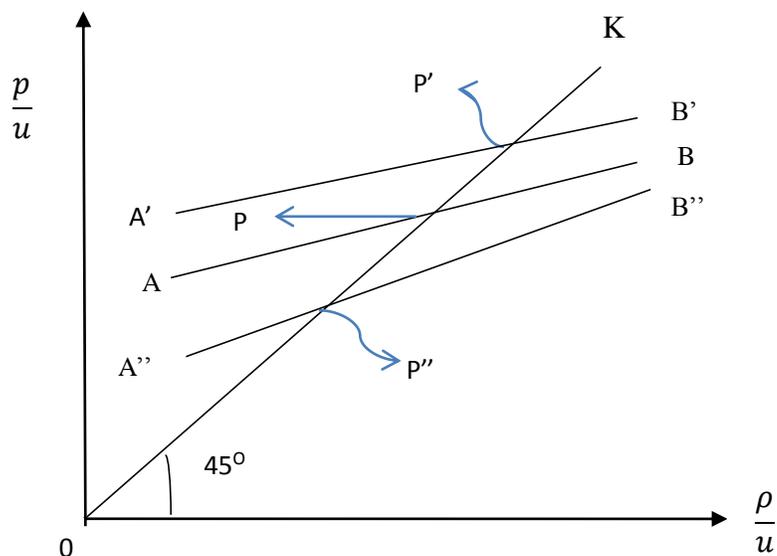
$$\frac{p}{u} = k = m + n \frac{p}{u} \quad (2)$$

A fixação de preços por parte da firma leva em consideração os custos diretos unitários (salários e matérias-primas), seu poder de mercado e o preço médio da concorrência.

Kaldor (*apud* FERREIRA, 1990) e Gontijo (1991) critica essa concepção kaleckiana, chamando-a de tautológica, pois o excesso de preço sobre os custos unitários é determinado pelo grau de monopólio e este pelo mark-up. Logo, o raciocínio se dá de maneira circular. Em nossa análise da teoria kaleckiana de formação de preços, o poder de monopólio antecede a formação de preço, e o poder de monopólio se manifesta nos coeficientes m e n. O “... **mark-up** é uma reflexão da extensão para qual esta força independente é desenvolvida” (FERREIRA, 1990, p.90).

Continuando nosso desenvolvimento teórico, a equação (2) pode ser representada, no Gráfico 5, no qual $\frac{p}{u}$ é a abscissa e $\frac{p}{u}$ é a ordenada.

Gráfico 5 - Modificação no Grau de Monopólio.



Fonte: Kalecki (1983).
Elaboração própria.

AB possui inclinação menor que 45° , pois $n < 1$ e a posição da reta é determinada por m e n . Com determinada modificação nos coeficientes m e n , a reta se desloca para $A'B'$. Para um dado preço médio ρ e custo direto unitário u corresponde uma relação $\frac{p}{u}$ mais elevada. Logo, o grau de monopólio teria aumentado. Caso a variação dos coeficientes desloquem a reta para baixo ($A''B''$), temos uma redução no grau de monopólio.

Assim, consideremos os seguintes pontos de interseção P , P' , P'' das retas AB , $A'B'$ e $A''B''$ com a reta OK , facilmente observamos que grau de monopólio será medido pela distância da abcissa, traçada a partir de um dado ponto de interseção, do ponto de origem 0 . Esse ponto é representado pelas equações:

$$\frac{p}{u} = m + n \frac{\rho}{u} \quad (3)$$

$$\frac{p}{u} = \frac{\rho}{u} \quad (4)$$

Logo:

$$\frac{p}{u} = m + n \frac{p}{u} \quad (5)$$

Deduzimos então que:

$$\frac{p}{u} = \frac{m}{1-n} \quad (6)$$

Podemos afirmar que a abcissa do ponto de intercessão é igual a $\frac{m}{1-n}$ que expressa o grau de monopólio. Um aumento de $\frac{m}{1-n}$ reflete um maior poder de mercado da firma na faixa concorrencial que atua. A equação (6) é de grande importância para o entendimento de que o mark-up reflete o grau de monopólio (FERREIRA, 1990).

Como objetivamos analisar um dado setor da economia (setor industrial), teremos que considerar o conjunto das firmas que compõem este setor. Assim, supondo que o setor que iremos estudar possui r firmas e que elas operam conforme as hipóteses apresentadas anteriormente, temos que a formação de preço da i -ésima firma se expressa da seguinte maneira:

$$p_i = m_i u_i + n_i \rho_i, \quad i=1, 2, \dots \quad (7)$$

Os parâmetros m_i e n_i se referem a política de fixação de preços, que diferem de firma para firma (FERREIRA, 1990). Faremos as seguintes manipulações matemáticas:

$$T_i p_i = \frac{m_i u_i T_i}{\sum_{i=1}^r u_i T_i} (\sum_{i=1}^r u_i T_i) + n_i T_i \rho_i \quad (8)$$

Onde T_i é a produção agregada da firma.

Agora somaremos e dividiremos toda a expressão (8) pela produção agregada de todo o setor. Assim teceremos a seguinte equação:

$$\frac{T_i p_i}{\sum_{i=1}^r T_i} = \frac{\sum_{i=1}^r m_i (u_i T_i)}{\sum_{i=1}^r u_i T_i} \cdot \frac{(\sum_{i=1}^r u_i T_i)}{\sum_{i=1}^r T_i} + \rho_i \frac{\sum_{i=1}^r n_i T_i}{\sum_{i=1}^r T_i} \quad (9)$$

Chegamos a seguinte relação:

$$\bar{p} = \bar{m} \bar{u} + \bar{n} \bar{p} \quad (10)$$

$$\bar{p} = \frac{\bar{m}}{1-\bar{n}} \bar{u} \quad (11)$$

Kalecki (1982) nos apresenta que num dado ramo industrial \bar{m} , \bar{n} , \bar{u} e \bar{p} são as médias ponderadas de m , n , p e u , como apresentamos. Agora, consideraremos que uma firma tenha sua política de fixação de preços (m e n) iguais a \bar{m} e \bar{n} , o que indicaria que ela seria a firma representativa do ramo de indústria a qual pertence. Consequentemente o grau de monopólio desse ramo ficará representado pela firma assim especificada.

As variações da relação $\frac{\bar{m}}{1-\bar{n}}$ refletem os movimentos endógenos da formação de preços da firma, a partir do grau de monopólio da firma representativa. A questão posta por Kalecki é que a dinâmica capitalista influencia o grau de monopólio, impactando na organização industrial e consequentemente sobre o mark-up, a relação entre preço e custos de matérias-primas e salários.

O primeiro fator subjacente à modificação do grau de monopolização é o processo de concentração industrial. Grandes empresas possuem forte peso na composição do preço médio (\bar{p}), podendo influir o preço de um dado ramo industrial com sua política de preços elevada, pois sabe que as demais empresas a seguirão. Quanto maior a concentração econômica, maior será o grau de monopólio e, como reflexo, maior tende a ser o mark-up.

Kalecki (1982) considera outro fator exógeno para o aumento do grau de monopólio: o desenvolvimento da publicidade. Criam-se novos hábitos e necessidades, reservas de mercado, pois a publicidade influencia diretamente as escolhas dos consumidores, o que pode vir a aumentar o grau de monopólio. No entanto, os gastos podem vir a comprimir a taxa de lucro, caso não ocorra um aumento de vendas numa adequada magnitude, o que limita a competição via campanhas publicitárias para grandes empresas.

A análise do autor ainda considera mais dois fatores: (a) a influência dos custos diretos em relação aos custos indiretos; e (b) o poder de barganha dos sindicatos. Quando temos um aumento na relação entre custos diretos e indiretos, dado o mark-up, temos necessariamente uma redução da margem de lucro. Em sua análise, Kalecki (1983) argumenta que caso ocorra um acordo tácito entre as firmas a fim de manter sua margem de

lucro, vis-à-vis aumento nos preços, tal acordo levará a um aumento do grau de monopolização do setor.

Por fim, caso o poder de barganha dos sindicatos seja significativo e a magnitude do mark-up seja elevada, há espaço para negociações no intento de reduzir a discrepância entre salários e lucros. Seguindo o rumo lógico da afirmativa anterior, como os salários fazem parte dos custos diretos é evidente que o mark-up diminui.

A discussão desenvolvida até aqui é de importância fundamental, visto nosso interesse pelas modificações do grau de monopolização de um determinado setor e seu impacto sobre a distribuição de renda entre trabalhadores e capitalistas, como também na distribuição de lucros entre capitalistas. No próximo tópico analisaremos os fatores que determinam a distribuição da renda entre capitalistas e trabalhadores, bem como os efeitos microeconômicos a partir da organização industrial, nos termos propostos por Kalecki.

2.1.2 Distribuição de Renda

A discussão apresentada formalmente por Kalecki, a respeito da distribuição funcional da renda entre trabalhadores e capitalistas, pode ser adaptada para o setor industrial. A formulação algébrica, será apoiada na *Teoria a Dinâmica Econômica* de Kalecki, e em algumas formulações de Ferreira (1990). Consideremos que o valor adicionado de um determinado ramo industrial seja constituído da seguinte maneira:

$$Y = P - M = W + C_j + L \quad (12)$$

Onde,

Y = valor adicionado,

P = valor da produção,

M = custos das matérias-primas

W = folha de salário

L = lucro bruto

C_j = custos indiretos de produção

Reagrupando, encontraremos a seguinte relação:

$$P - (W + M) = C_j + L \quad (13)$$

Através das seguintes manipulações algébricas, encontramos que:

$$C_j + L = \left(\frac{P - (W + M)}{(W + M)} \right) (W + M) = \left[\frac{P}{(W + M)} - 1 \right] \cdot (W + M) \quad (14)$$

A relação $\frac{P}{(W + M)}$ expressa a medida do mark-up que representamos por k . Daí tem-se:

$$C_j + L = (k - 1)(W + M) \quad (15)$$

Da equação anterior, podemos analisar como o grau de monopólio influencia os lucros. Para tanto, dividiremos a equação (15) em ambos os lados pelos custos diretos.

$$\frac{L}{(W + M)} = (k - 1) - \frac{C_j}{(W + M)} : \cdot l = (K - 1) - \frac{C_j}{(W + M)} \quad (16)$$

Onde, $\frac{L}{(W + M)} = l$.

Concluimos que a *margem de lucro* planejada pela firma está diretamente relacionada com o grau de monopólio. Pela relação apresentada, o aumento no grau de monopólio induzirá o aumento na margem de lucro. Pelas hipóteses apresentadas para nossa teorização sobre a firma kaleckiana, os custos indiretos não influenciam diretamente os preços (hipótese v). No entanto, percebemos que se os custos indiretos aumentarem em relação aos custos diretos, influenciará, sim, a margem planejada de lucro, desde que o grau de monopólio se mantenha o mesmo.

Para compreender como o grau de monopólio afeta a parcela relativa dos salários no valor agregado de determinado ramo industrial, tomemos que a parcela salarial dada por:

$$\omega = \frac{W}{Y} \quad (17)$$

Pela equação (12), sabemos que $Y = W + L + C_j$, desta forma, podemos reescrever a equação da seguinte maneira:

$$\omega = \frac{W}{W+L+C_j} \quad (18)$$

Como já verificamos pela equação (15), $C_j + L = (k - 1)(W + M)$, logo:

$$\omega = \frac{W}{W+(k-1)(W+M)} \quad (19)$$

Operando algebricamente, temos que:

$$\omega = \frac{W}{W+(k-1)(W+M)} \cdot \left(\frac{1}{W}\right) = \frac{1}{1+(k-1)(1+j)} \quad (20)$$

Assim, a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria manufatureira é determinada pelos seguintes parâmetros: grau de monopólio (k) e pela razão entre os preços das matérias-primas e os custos de salários por unidade ($j = M/W$). Conseqüentemente, um aumento do grau de monopólio, k , ou de j , reduz a parcela relativa dos salários no valor agregado da indústria.

Em sua Teoria da Dinâmica Econômica Kalecki (1983) destaca alguns pontos importantes em relação a determinação da parcela salarial na renda nacional (ou de um setor). Ao analisar as mudanças relativas da parcela dos salários no valor agregado no setor manufatureiro, percebe-se que no período por ele analisado (1929-1937), a parcela relativa dos salários pouco teve alterações, e mais, apresentou alguns aumentos.

Kalecki afirma que a relação entre os custos de matérias-primas e custo salarial tende a variar com o nível da atividade econômica. Em 1929, uma das maiores depressões da economia capitalista, nota-se a tendência declinante de j e o crescimento do parâmetro k , visto que em períodos de recessão a tendência é de concentração industrial, conseqüentemente de aumento no grau de monopolização do setor. Logo, como w depende da inter-relação entre os parâmetros k e j , duas forças tendenciais, que Kalecki denomina de *fatores de distribuição*, os resultados alcançados resultaram os movimentos desses dois fatores.

Desse modo, a distribuição de renda está vinculada ao processo de formação de preços, ou seja, é um fenômeno que tem fundamentos microeconômicos. Outra contribuição teórica de Kalecki é que a distribuição de renda é um importante fator para a determinação do nível do produto, cujo elemento essencial é a demanda efetiva, que vamos aprofundar no próximo tópico.

2.2.O Esquema de Reprodução

O Princípio da Demanda Efetiva (PDE) é “... o principal problema de uma economia capitalista” (KALECKI, 1977, p. 133). Nesse sentido, as forças produtivas no sistema capitalista operam com a capacidade ociosa e restringem a absorção de mão-de-obra, subutilizam o capital fixo disponível. A razão disso é que não existiria mercado (demanda efetiva) suficiente para a produção potencial da plena utilização dos recursos produtivos. Kalecki, a partir de uma relação de desequilíbrio de oferta e demanda desenvolve a concepção que

“... o PDE consiste na determinação unilateral das receitas (rendas) pelo gasto; em outras palavras, na constatação de que nas transações mercantis a única decisão autônoma é a de gastar (comprar, converter dinheiro em mercadoria)” (POSSAS, 1999, p.19).

A resposta para a subutilização dos recursos produtivos numa economia capitalista está nas despesas dos capitalistas. Para compreendermos a argumentação proposta por Kalecki desenvolvemos o esquema de reprodução proposto pelo autor.

A base teórica do esquema de reprodução kaleckiana é profundamente influenciada pelos esquemas propostos por Marx. Miglioli (1983) aponta as seguintes diferenças principais: 1) Kalecki divide a produção capitalista em três setores, enquanto Marx dividia em dois e apenas considerava o consumo dos capitalistas e dos trabalhadores eventualmente separadamente, que na teoria kaleckiana apresenta importância ímpar; 2) Marx considerava a produção global (bens finais e intermediários), já Kalecki concebia em seu esquema apenas

os bens finais (bens de consumo e de investimento), tornando-o mais próximo a contabilidade social das economias capitalistas.

As suposições básicas para o esquema proposto por Kalecki são:

1. A existência de duas classes sociais, Capitalistas (auferem lucros) e Trabalhadores (recebem salários).
2. Economia fechada, ou com saldo na balança comercial equilibrado (importação=exportação) e inexistência de entrada ou saída de renda líquida.
3. Economia sem atividade governamental ou com orçamento governamental equilibrado (receitas iguais a despesas)
4. Ausência de poupança dos trabalhadores, tudo é gasto em consumo.
5. Inexistência de acumulação de estoques, ou pelo menos essa acumulação é computada como produção de bens de investimentos: investimentos são tanto os gastos em capitais fixos, como o aumento de estoques.
6. A produção, o lucro e o investimento são computados em valor bruto, antes da dedução da depreciação do capital físico.

Seguindo essas suposições obtemos o *tableau économique* da renda nacional kaleckiana. O departamento I supre os bens de capital (Investimento); o Departamento II produz os bens de consumo para os Capitalistas; e o Departamento III produz bens de consumo dos Trabalhadores.

Quadro 1 – Matriz Departamental.

I	II	III	TOTAL
P ₁	P ₂	P ₃	P
W ₁	W ₂	W ₃	W
I	C _K	C _w	Y

Fonte: Kalecki (1977).
Elaboração própria.

Os lucros no terceiro departamento materializam-se nos gastos de consumo dos Trabalhadores dos outros departamentos. Temos a seguinte relação:

$$P_3 = W_1 + W_2 \quad (21)$$

Sabemos que:

$$P = P_1 + P_2 + P_3 = P_1 + P_2 + W_1 + W_2 \quad (22)$$

Onde $P_2 + W_2 = C_c$ e $P_1 + W_1 = I$, concluimos que:

$$P = C_c + I \quad (23)$$

O significado da equação (23) é que o lucro bruto total dos capitalistas é igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas. A simplicidade da equação esconde a suma importância do PDE de Kalecki, visto que diferentemente do senso comum, os lucros, ou rendimentos, são determinados pelos gastos, pois os capitalistas não podem prever o quanto podem vender, mas podem determinar o que gastam. Daí a relação causal entre os gastos em investimento e consumo e os lucros auferidos. Vale salientar ainda uma ponderação do autor:

Se tomarmos um período curto, podemos dizer que o investimento e o consumo dos capitalistas são determinados por decisões que tomaram forma no passado. É que leva um certo tempo para se pôr em prática um investimento e é somente com uma certa demora que o consumo dos capitalistas responde a mudanças nos fatores que o influenciam. (Kalecki, 1982, p.36)

Continuando o esquema de reprodução kaleckiano, podemos encontrar pontos interessantes no que tange a renda nacional. Considerando a distribuição de renda nos seguintes setores como temos que $w_1 = \frac{W_1}{I}$; $w_2 = \frac{W_2}{C_c}$; e $w_3 = \frac{W_3}{C_w}$; chegaremos da equação (21) a seguinte relação:

$$(1 - w_3)C_w = w_1I + w_2C_c = C_w = \frac{w_1I + w_2C_c}{1 - w_3} \quad (24)$$

Assim, a renda nacional pode ser definida da seguinte maneira:

$$Y = I + C_c + C_w = I + C_c + \frac{w_1I + w_2C_c}{1 - w_3} \quad (25)$$

Logo a renda nacional (Y), é determinada, assim como os lucros, pelos gastos dos capitalistas em investimentos e consumo, além da distribuição de renda entre capitalistas e trabalhadores. Se a distribuição de renda não se altera, os fatores que propiciam acréscimos na renda nacional são os mesmos dos lucros (C_c e I).

No próximo tópico abordaremos com mais profundidade a determinação dos lucros e da renda nacional na perspectiva kaleckiana.

2.3. A Determinação dos Lucros e da Renda Nacional

Para compreendermos os determinantes dos lucros e da renda nacional devemos nos inteirar dos fatores-chave que governam a decisão de consumir e investir dos capitalistas. As suposições feitas no tópico anterior ainda serão mantidas. Agora, é razoável admitir que as decisões dos capitalistas, com relação ao investimento e consumo são tomadas no passado. O consumo real dos capitalistas, em um dado ano, C_t , consiste numa parcela estável, A , e de uma parte proporcional ($q < 1$) dos lucros auferidos em um período anterior, $P_{t-\lambda}$. Formalizando, temos que:

$$C_t = qP_{t-\lambda} + A \quad (26)$$

Representamos por λ a demora de reação do consumo dos capitalistas à mudança de sua renda corrente. Considerando a equação (23), temos:

$$P_t = I_t + qP_{t-\lambda} + A \quad (27)$$

Sendo A e q constantes, os lucros no tempo t são uma função do investimento no mesmo período e do lucro no tempo $t - z$. Assim, $P_{t-z} = I_{t-z} + qP_{t-2z} + A$, se substituirmos em (27):

$$P_t = I_t + q(I_{t-z} + qP_{t-2z} + A) + A, \text{ ou } P_t = I_t + q^2P_{t-z} + qA + A \quad (28)$$

Procedendo, sucessivamente, para P_{t-2z}, P_{t-3z} , etc., obteremos:

$$P_t = I_t + qI_{t-z} + q^2I_{t-2z} + \dots + q^nI_{t-nz} + \dots + A + qA + A \quad (29)$$

Sabendo que $q < 1$, a sucessão $q, q^2, q^3 \dots$ tende para zero, da mesma forma que qA, q^2A, q^3A . Desse modo podemos generalizar a equação dos lucros em dado período t , pela seguinte equação:

$$P_t = f(I_{t-\omega}) \quad (30)$$

Substituindo a equação (30) na (27), temos:

$$f(I_{t-\omega}) = I_t + qf(I_{t-\omega-\lambda}) + A \quad (31)$$

Segundo Kalecki, a equação (31) deve ser válida para qualquer que seja o investimento I_t , que “assim deverá dar cobertura *Inter alia* ao caso onde o investimento é mantido por algum tempo a um nível estável, de forma que tenhamos $I_t = I_{t-\omega} = I_{t-\omega-\lambda}$ ” (KALECKI,1982, p.42). Destarte, concluímos que:

$$P_t = \frac{I_{t-z}+A}{1-q} \quad (32)$$

Podemos reduzir a determinação dos lucros dos capitalistas exclusivamente ao investimento, considerando um hiato temporal. Como mostramos na equação (31), o investimento é determinado por decisões de investir com hiatos temporais mais distantes, dado um nível estável de consumo dos capitalistas (A). Resumindo, concluímos que os lucros são determinados pelas decisões de investir tomadas no passado.

Ainda dentro das suposições do modelo simplificado do aporte teórico kaleckiano, aprofundaremos a discussão sobre a determinação da renda nacional. Kalecki (1982) apresenta a seguinte formulação algébrica para demonstrar as mudanças cíclicas da parcela relativa dos salários e ordenados na renda bruta do setor privado:

$$\frac{V_t}{Y_t} = \alpha + \frac{B}{Y_t} \quad (33)$$

Onde V_t representa o valor real dos salários e ordenados, Y_t a renda bruta real, α é um coeficiente positivo e menor que 1. A constante B^{13} é a parte estável dos salários e ordenados dos trabalhadores. Consideramos que a soma dos salários e ordenados é igual a diferença entre a renda bruta e os lucros brutos, é válido que:

$$\frac{Y_t - P_t}{Y_t} = \alpha + \frac{B}{Y_t}, \text{ ou}$$

$$Y_t = \frac{P_t + B}{1 - \alpha} \quad (34)$$

¹³ Consideraremos aqui que $B = \frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3}$. A equação (33) é uma forma simplificada da equação (25), depois de substituímos nela a equação (32) que ficaria assim: $Y_t = \frac{I_{t-z} + A}{1 - q} + \frac{I w_3 + w_2 C_c}{1 - w_3}$.

Agora, substituiremos (32) em (34) para obtermos uma relação mais abrangente para a nossa pesquisa:

$$Y_t = \frac{I_{t-z} + A + B'}{(1-q)(1-\alpha)} \quad (35)$$

Onde $B' = B(1 - q)$.

Concluimos que a renda nacional é determinada pelos investimentos passados e os coeficientes A e B determinados e pelos fatores da distribuição de renda (j e k). Observando a equação acima para determinado setor, percebemos que quanto mais concentrada for a estrutura econômica de uma economia, mais limitado será o crescimento da renda do setor, pois a única variável determinante será os investimentos feitos pelas empresas. As considerações possibilitadas pela equação (35) são de fundamental importância para compreendermos os impactos das políticas de atração de investimentos para a melhoria de renda da população trabalhadora no Ceará.

2.4. A Questão dos Empregos nas Economias Capitalistas: Uma análise Marxista.

Outro ponto importante a salientar, é que, no decorrer da dinâmica do desenvolvimento industrial, de maneira geral, existe uma limitada capacidade de absorção de mão de obra por este setor. Podemos inferir que a busca de novas técnicas de produção, inovações, foi altamente influenciada pelo acirramento da competição intercapitalista em todo Brasil, advindo da abertura da economia ao mercado externo na década de 1990. No que diz respeito ao Ceará, a política industrial, que se pauta na atração de investimentos industriais, a motivação para a introdução de maquinarias não foi o custo da mão de obra, mas sim as exigências concorrenciais do sistema. Para melhor compreensão desse ponto, devemos atentar para a influência da estrutura produtiva do setor industrial na dinâmica capitalista.

A estrutura produtiva oligopolizada do setor industrial do Ceará pode ser explicada pelos processos de *concentração* e *centralização*, identificados por Marx na sua formulação da lei geral da acumulação capitalista.

A estrutura industrial tem sua dinâmica determinada, de maneira geral, da conjugação dos dois processos. A concentração de capital, que se relaciona ao crescimento da massa de capital “... sob determinado controle, com a conseqüente ampliação de escala da produção, que se dá a partir da *transformação* de mais-valia em capital e, portanto, com conseqüente aumento do tamanho e crescimento da empresa.” (OLIVEIRA, 1983; p. 11). Para Marx:

(. . .) a acumulação e a concentração que a acompanha estão dispersas em muitos pontos e, além disso, o aumento dos capitais em funcionamento é estorvado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Por isso, a acumulação aparece, de um lado, através da concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho e, do outro, através da repulsão recíproca de muitos capitais individuais. (1971, p.727).

Já o movimento de centralização representa o processo de atração/repulsão dos capitais sob controle independentes. Um aumento da centralização do capital se dá com o aumento (atração) de massa de capital sob um determinado controle, a partir da junção de capitais independentes em *cartéis*, *trustes*, a formação de *holdings* e em fusões voluntárias. Enquanto a

...concentração simples é, dentro do campo do valor, um fato quantitativo de acumulação desigual que conserva a autonomia dos capitais, a centralização é uma modificação qualitativa que remodela a autonomia dos capitais e cria novas relações de concorrência. (AGLIETTA *apud* LENCIONI, 2008, p. 13).

Concluimos que a

Centralização é uma forma violenta de concorrência... É um efeito do processo geral de desvalorização do capital sobre o fracionamento das capitais mediante o qual o movimento da acumulação global encontra novas condições para seu futuro desenvolvimento. (AGLIETTA *apud* LENCIONI, 2008, p. 13).

Podemos inferir que os capitais que são atraídos para o Ceará pelos incentivos fiscais e financeiros, estão constituídos de forma concentrada e centralizada. Os empreendimentos atraídos estão ligados ao regime de acumulação de capital dos grandes centros nacionais ou internacionais de origem, o que reflete numa organização produtiva “geneticamente” oligopolizada.

Os efeitos da dinâmica sistêmica do capital é que a absorção de mão de obra depende de um lado da relação técnica entre matérias primas e capital fixo (trabalho morto) e do outro lado da força de trabalho (trabalho vivo). Essa conjunção é conhecida como *composição técnica do capital*, que por sua vez está vinculada à estrutura produtiva da indústria. Em termos dinâmicos, quando a concentração de capital ocorre sem uma mudança da composição técnica do capital, haverá expansão do emprego industrial no mesmo ritmo do *crescimento da massa de capital*. Caso ocorra acompanhada de um aumento desta composição, temos uma *redução da absorção de mão de obra*.

Como percebemos, a partir da análise proposta por Marx e Kalecki, concluímos que, enquanto houver espaço para concentração de capital, as empresas capitalistas tenderão a introduzir maquinarias e modelos organizacionais mais modernos, visando ao aumento da produtividade, para assim viabilizar seu processo de acumulação nos embates da concorrência intercapitalista.

3. Os Efeitos da Industrialização do Ceará no Emprego e na Distribuição Funcional de Renda do Setor Industrial para o Período 1986 – 2010.

Para analisarmos os efeitos das mudanças ocorridas na estrutura Industrial no Ceará no período 1986 – 2010, sobre a absorção da mão de obra, adotamos a proposta metodológica elaborada por Trejo (1971), conforme poderá ser observado nas duas próximas seções deste capítulo. Também levamos em consideração a adaptação utilizada por Ângelo (1980), visando o caso brasileiro. Aécio de Oliveira (1983) utilizou o mesmo método de análise para estudar os efeitos da industrialização nordestina induzida pelo mecanismo 34/18, instrumentalizado pela SUDENE.

Para a estimação dos efeitos sobre o emprego, dividiremos a análise em duas partes: primeiro, estudaremos as mudanças da estrutura industrial; em seguida, da produtividade sobre o emprego. O procedimento metodológico para o primeiro momento da análise foi:

- Adotamos o ano de 1988 como o ponto de partida, e a estrutura industrial a ele associado;
- Projetamos a composição industrial do ano base para os anos subsequentes, para captarmos a relação entre a mudança da estrutura industrial e o emprego;
- Comparamos os valores estimados com os observados.

Para a observação dos efeitos da produtividade sobre o emprego seguiu-se, de maneira análoga:

- Projetamos a produtividade do ano base para o resto do período de nossa análise a fim de quantificar a relação entre produtividade e absorção de mão de obra;
- Comparamos os valores estimados com os observados.

Na última seção deste capítulo, utilizamos o cálculo do indicador de participação salarial no valor agregado e de seus determinantes a partir da teoria kaleckiana. Para tanto, tomamos os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), seguindo a abordagem feita em outros trabalhos como os de Aécio de Oliveira (1983), Considera (1981) e Boing (2009),

objetivando entender a dinâmica econômica do período da análise à luz dos condicionamentos políticos do *governo das mudanças*.

Todos os dados foram corrigidos pelo IGP-DI a preços correntes de dezembro de 2010 e, quando necessário, corrigidos para valores em Reais. Para uma melhor interpretação dos dados fizemos algumas agregações e adaptações, tendo em vista as modificações existentes na nomenclatura das atividades industriais, pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (C.N.A.E.) 1.0 (1996-2006) e 2.0 (2007-2010).

Relacionadas à CNAE 1.0, consideramos a atividade *Fabricação de produtos químicos* como ***Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos***. As atividades *Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial; Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações; Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática; e Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos* serão agregadas como apenas ***Fabricação de máquinas e equipamentos***. A atividade *Fabricação de móveis e indústrias diversas*, denominamos apenas de ***Fabricação de móveis***. As atividades *Reciclagem e Outros* analisaremos como ***Fabricação de produtos diversos***. Para as demais atividades consideramos as mesmas nomenclaturas.

As alterações feitas na nomenclatura dispostas pela CNAE 2.0 foram a agregação das atividades *Fabricação de produtos alimentícios* e *Fabricação de bebidas* em ***Fabricação de produtos alimentícios e bebidas***. Analisaremos como ***Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos***, as atividades: *Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos* e *Fabricação de produtos químicos*. As atividades *Fabricação de máquinas e equipamentos; Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos; Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos*, analisaremos apenas como ***Fabricação de máquinas e equipamentos***. Para as demais atividades continuaram com as mesmas nomenclaturas.

3.1. Os impactos da Composição Industrial sobre o Emprego

A análise toma por base dois períodos. Como foi apresentado em nossa discussão histórica, o primeiro período se caracteriza como um momento de adequação, até a consolidação das medidas de incentivos fiscais financeiros como pauta prioritária no governo Ciro, com o *pacto de cooperação*. Assim, o primeiro período inicia-se com o governo Tasso (1987) e se estende até 1995. O ano base escolhido foi o de 1988, visto que a PIA não foi realizada no ano de 1987. A composição do valor adicionado do ano base foi projetada para os anos seguintes até 1995. O outro período inicia-se com o segundo governo Tasso (1996) e tem por ano base 1996, depois das adequações da estrutura industrial aos novos parâmetros econômicos e políticos da conjuntura cearense. A composição do valor adicionado do ano base foi projetado para os anos seguintes, até 2010.

Com essa periodização foi possível enriquecer a análise dos efeitos que as políticas propostas tiveram na composição industrial e, por conseguinte, no emprego. Para tanto procedemos à análise das mudanças da composição industrial e no emprego nos dois períodos propostos (1988/1995 e 1996/2010).

No total do VTI do Ceará, em 1995 (Tabela 2), 62,72% é proporcionado por apenas três atividades industriais: atividades *Têxteis*, de *Produtos Alimentares* e *Vestuários, calçados e artefatos de tecidos*, que representam 70,89% dos empregos na Indústria. Algumas atividades industriais se destacam com sua participação no valor da transformação industrial e no emprego. As atividades de Metalurgia e de Minerais não-metálicos apresentaram perdas relativas no total do valor adicionado da indústria, com suas representatividades passando, respectivamente, de 8,7% para 4,87% e de 7,73% para 5,6%. Mesmo assim, a atividade metalúrgica apresentou aumento na participação no emprego.

Ganhos expressivos são observados em atividades desenvolvidas tradicionalmente no território cearense, a *Têxtil* (de 14,74% para 18,77%), embora a absorção de mão de obra industrial não tenha acompanhado esta evolução. Já a de *Bebidas* teve um acentuado aumento (de 2,89% para 10,58%), porém com a diminuição da sua participação no emprego do setor industrial no período, uma queda de 0,7 ponto percentual. As atividades de *Produtos*

Alimentares e Vestuários, calçados e artefatos de tecidos apresentaram expressivas quedas, respectivamente, de 28,10% para 22,53% e de 19,87% para 14,34%.

Tabela 2– Participação do VTI e do Emprego por Atividade Industrial – 1988/1995

Atividades Industriais	VTI (%) - 1988	VTI (%) – 1995	EMPREGO (%) - 1988	EMPREGO (%) -1995
Produtos minerais	0,35%	0,14%	2,54%	0,21%
Minerais não-metálicos	7,73%	5,60%	4,20%	1,58%
Metalúrgica	8,70%	4,87%	5,84%	6,12%
Mecânica	3,63%	3,19%	1,92%	2,69%
Material elétrico e material de comunicações	3,17%	2,11%	2,24%	2,38%
Material de transporte	1,07%	1,63%	0,81%	1,01%
Madeira	-	-	-	-
Mobiliário	0,43%	0,33%	0,45%	0,32%
Papel e papelão	0,30%	0,16%	0,35%	0,19%
Borracha	0,04%	0,10%	0,06%	0,20%
Couros e peles e produtos similares	1,64%	0,12%	1,16%	0,46%
Química	1,47%	5,23%	2,36%	1,49%
Produtos farmacêuticos e medicinais	0,63%	1,34%	0,31%	0,63%
Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,34%	2,58%	0,51%	0,55%
Produtos de matérias plásticas	2,82%	2,09%	2,56%	3,08%
Têxtil	14,74%	18,77%	14,28%	15,98%
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	19,87%	14,34%	22,58%	20,82%
Produtos alimentares	28,10%	22,53%	30,84%	34,10%
Bebidas	2,89%	10,58%	4,08%	3,38%
Fumo	-	-	-	-
Editorial e gráfica	1,99%	4,29%	2,61%	4,85%
Diversas	0,08%	-	0,30%	-
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PIA – IBGE.
Elaboração própria.

O segundo período (1996 – 2010) apresenta que no total do VTI da Indústria de Transformação do Ceará (Tabela 3), 65,46% é composta, em 2010, pelas atividades de fabricação de produtos *Têxteis, Produtos Alimentícios e bebidas, Confecção de artigos do vestuário e acessórios e Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados*, que representam 74,45% do total de empregos no setor Industrial.

Houve grandes mudanças em atividades tradicionais da estrutura industrial do Ceará, como pode ser apreciado. A atividade de *Fabricação de produtos alimentícios e*

bebidas apresenta forte retração na representação total do VTI do Ceará, por volta dos 6 pontos percentuais e 14 pontos percentuais do total dos empregos. A *fabricação de produtos têxteis* apresenta a maior das perdas, de 19,73% para 6,73%, mostrando a diminuição da importância da atividade na estrutura industrial do Ceará, como no emprego (apenas 6,7% do total de empregos em 2010). Por outro lado, a importância da atividade de *Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados* cresceu significativamente, o que reflete o *status* do polo calçadista cearense como o terceiro maior polo brasileiro (ABICALÇADOS, 2013).

Tabela 3 – Participação do VTI por Atividade Industrial – 1996/2010

Atividades Industriais	VTI (%) - 1996	VTI (%) - 2010	EMPREGO 1996 - (%)	EMPREGO 2010- (%)
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	30,01%	24,73%	29,57%	15,57%
Fabricação de produtos do fumo	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%
Fabricação de produtos têxteis	22,32%	6,81%	15,09%	7,15%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	8,14%	10,21%	17,30%	23,62%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	11,25%	23,71%	10,04%	28,12%
Fabricação de produtos de madeira	0,18%	0,22%	0,55%	0,68%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,52%	1,66%	0,54%	1,37%
Impressão e reprodução de gravações	3,35%	0,53%	3,11%	0,94%
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	1,91%	5,68%	0,30%	0,16%
Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	4,91%	4,97%	3,26%	2,72%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	2,50%	1,52%	2,29%	2,07%
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	4,39%	4,37%	5,59%	4,57%
Metalurgia	0,94%	3,57%	0,45%	1,26%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,65%	2,75%	2,49%	3,20%
Fabricação de máquinas e equipamentos	6,43%	5,98%	4,87%	4,07%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	0,59%	0,85%	0,80%	0,87%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,25%	0,48%	0,42%	0,38%
Fabricação de móveis	0,55%	1,28%	3,19%	2,44%
Fabricação de produtos diversos	0,11%	0,70%	0,15%	0,77%
TOTAL	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: PIA – IBGE.
Elaboração própria.

Com base nessa breve análise descritiva da composição do VTI e do emprego industrial no Ceará e na proposta deste trabalho de quantificar essa relação, apresentaremos o procedimento metodológico utilizado nos parágrafos seguintes.

Para a estimação, consideramos que a composição industrial do valor adicionado do ano base é projetada para os anos subsequentes:

$$\hat{Y}_{it} = Y_{i0}(1 + \tilde{v}_t) \quad (36)$$

Onde:

\hat{Y}_{it} : valor adicionado estimado para a atividade industrial i no ano t ;

Y_{i0} : valor adicionado da atividade i no ano base;

\tilde{v}_t : taxa de crescimento acumulado do valor adicionado para a indústria como um todo, do ano base para ao ano t .

Como podemos facilmente perceber, a equação (36) supõe que o valor adicionado de todas as atividades industriais crescem à mesma taxa média, reproduzindo as mesmas participações do ano base.

A estimação do emprego no ano t é feita a partir dos coeficientes de trabalho (relação trabalho (N_{it}) /produto (Y_{it})) para todas as atividades, nos seguintes termos:

$$\hat{N}_{it} = \frac{N_{it}}{Y_{it}} \hat{Y}_{it} = \frac{N_{it}}{Y_{it}} [Y_{i0}(1 + \tilde{v}_t)] = N_{it} \frac{(1+\tilde{v}_t)}{(1+v_t)} \quad (37)$$

$$N_{it} - \hat{N}_{it} = N_{it} \left(1 - \frac{1+\tilde{v}_t}{1+v_t}\right) \quad (38)$$

Sendo que:

\hat{N}_{it} : emprego estimado para a atividade i , no ano t , considerando inalterada a composição do produto industrial;

v_t : taxa de crescimento acumulado do valor adicionado da atividade industrial i , do ano-base ao ano t .

A diferença entre os valores do emprego efetivo (N_{it}), e o emprego estimado (\hat{N}_{it}) expressa o efeito absoluto da mudança da composição industrial sobre a geração de emprego, tanto ao nível das atividades, como para indústria como um todo. A diferença $N_{it}-\hat{N}_{it}$ expressa as seguintes situações:

- i- Positiva: a taxa de crescimento acumulado do VTI da atividade acima da média da indústria como um todo.
- ii- Negativa: indica o oposto do apresentado anteriormente.
- iii- Nula: indica que a média do crescimento do gênero i é igual ao da média acumulada de toda indústria.

As estimações estão presentes nas Tabelas 4 e 5 para os conjuntos das atividades, com os valores estimados medindo o efeito da mudança da composição industrial sobre a absorção de mão de obra do setor.

Para o período de adequação os efeitos das mudanças da composição industrial sobre o emprego não foram desprezíveis. A indústria apresentou uma redução de 20% do total dos empregos gerados, uma redução de 11.333 oportunidades de empregos. Concluímos que essa primeira etapa não representou ganhos na geração de oportunidades de empregos na indústria. Embora suavizado por ganhos nas atividades Têxtil, de 21%, de Bebidas, 73%, houve dificuldade para a geração de empregos no setor. Atividades industriais tradicionalmente absorvedores de mão de obra na indústria do Ceará apresentaram significativos efeitos negativos na geração de empregos no setor, como *Vestuário*, *Calçados e Artefatos de Tecido* (-39%) e *Produtos Alimentares* (-25%).

Pela análise da Tabela 2, observamos que em quase todas as atividades desenvolvidas tradicionalmente pelo Ceará, houve redução nas oportunidades de emprego, excetuando a fabricação de Produtos alimentares. Assim, evidencia-se o impacto das mudanças da composição industrial no emprego para o período.

Tabela 4- Mudança na Composição Industrial e Emprego – Ceará 1988/1995

Atividades Industriais	Pessoal Ocupado (N_{it}) ¹⁴	Emprego Estimado (\hat{N}_{it}) ¹⁴	Efeito Absoluto ¹⁵	Efeito Relativo ¹⁶
Produtos minerais	119	302	-183	-1,54
Minerais não-metálicos	898	1.239	-341	-0,38
Metalúrgica	3.484	6.222	-2.738	-0,79
Mecânica	1.530	1.740	-210	-0,14
Material elétrico e material de comunicações	1.353	2.035	-682	-0,50
Material de transporte	574	377	197	0,34
Madeira	-	-	-	-
Mobiliário	182	238	-56	-0,31
Papel e papelão	111	215	-104	-0,93
Borracha	112	41	71	0,63
Couros e peles e produtos similares	261	3.459	-3.198	-12,25
Química	851	240	611	0,72
Produtos farmacêuticos e medicinais	357	169	188	0,53
Produtos de perfumaria, sabões e velas	311	41	270	0,87
Produtos de matérias plásticas	1.754	2.359	-605	-0,35
Têxtil	9.100	7.146	1.954	0,21
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	11.858	16.438	-4.580	-0,39
Produtos alimentares	19.422	24.232	-4.810	-0,25
Bebidas	1.926	526	1.400	0,73
Fumo	-	-	-	-
Editorial e gráfica	2.761	1.279	1.482	0,54
Diversas	-	-	-	-
TOTAL	56.964	68.297	-11.333	-0,20

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Elaboração própria.

Já os efeitos das modificações na composição Industrial ao longo do nosso segundo período de análise, 1996/2010, sobre o emprego industrial se deram de maneira compensatória. Algumas atividades, como foi visto na Tabela 3, tiveram sua participação reduzida, enquanto o dinamismo de outras pôde compensar estes efeitos negativos. O exemplo mais impactante é a exclusão de 38.732 trabalhadores da atividade Têxtil (-228%) e a elevação da absorção de mão de obra em outras atividades, como a de fabricação de *Vestuários*, com *efeito relativo* de 20% superior ao emprego observado para o período e,

¹⁴Estes valores são referentes ao ano de 1995.

¹⁵ $Efeito\ Absoluto = Pessoal\ Ocupado - Emprego\ Estimado$

¹⁶ $Efeito\ Relativo = \frac{(Pessoal\ Ocupado - Emprego\ Estimado)}{Pessoal\ Ocupado}$

principalmente, o de *Calçados*, com *efeito relativo* de 53% superior ao observado, que juntas representam 51,74% dos empregos do setor industrial do estado, em 2010 (Tabela 3).

Os demais setores apresentaram efeitos positivos, porém, por possuírem estruturas produtivas com pouca representatividade no setor industrial do Ceará, acabaram não tendo a capacidade de absolver mão de obra a um nível esperado para um ajustamento harmonioso entre as mudanças da composição industrial e criação de empregos industriais. Embora que os efeitos positivos não tenham tido a intensidade suficiente para garantir um efeito relativo total nulo ou positivo, concluímos que as mudanças se deram de maneira compensatória no que tange a geração de emprego, com retração de apenas 1% das oportunidades de empregos no setor industrial como um todo.

A capacidade de absorção de mão de obra advinda das mudanças da composição industrial, causadas pelas políticas de incentivos, apresentou uma limitada capacidade de absorção de mão de obra para todo período de análise. Observamos uma redução de 20% das oportunidades de emprego ao longo do período de adequação (1988-1995), e na sua consolidação como política de criação de emprego e renda (1996-2010), uma variação negativa de 1%.

O desemprego é um problema estrutural do sistema capitalista, como perceberam Marx e Kalecki. E para uma melhor compreensão devemos atentar para as relações entre a produtividade, pois nelas percebermos as leis gerais que regem o emprego no sistema capitalista. Trataremos este assunto na próxima seção.

Tabela 5- Mudança na Composição Industrial e Emprego – Ceará 1996/2010.

Atividades Industriais	Pessoal Ocupado (N_{it}) ¹⁷	Emprego Estimado (\hat{N}_{it}) ¹⁷	Efeito Absoluto ¹⁸	Efeito Relativo ¹⁹
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	37.060	44.975	-7.915	-0,21
Fabricação de produtos do fumo	119	-	119	-
Fabricação de produtos têxteis	17.019	55.751	-38.732	-2,28
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	56.233	44.831	11.402	0,20
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	66.936	31.773	35.163	0,53
Fabricação de produtos de madeira	1.609	1.341	268	0,17
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3.260	1.016	2.244	0,69
Impressão e reprodução de gravações	2.236	14.257	-12.021	-5,38
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	382	128	254	0,66
Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	6.470	6.390	80	0,01
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4.938	8.108	-3.170	-0,64
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	10.887	10.942	-55	-0,01
Metalurgia	3.006	792	2.214	0,74
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7.607	4.563	3.044	0,40
Fabricação de máquinas e equipamentos	9.701	10.424	-723	-0,07
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	2.073	1.446	627	0,30
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	894	475	419	0,47
Fabricação de móveis	5.819	2.496	3.323	0,57
Fabricação de produtos diversos	1.822	289	1.533	0,84
TOTAL	238.071	239.999	-1.928	-0,01

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Elaboração própria.

¹⁷Estes valores são referentes ao ano de 2010.

¹⁸ *Efeito Absoluto* = *Pessoal Ocupado* – *Emprego Estimado*

¹⁹ *Efeito Relativo* = $\frac{(\text{Pessoal Ocupado} - \text{Emprego Estimado})}{\text{Pessoal Ocupado}}$

3.2. Produtividade e Emprego

Como ficou claro na exposição da teoria da firma kaleckiana, o preço da mão de obra não impacta em nada no processo de acumulação de capital, muito pelo contrário, afirma Kalecki na expressão: $Y = I + C_c + \frac{w_1 I + w_2 C_c}{1 - w_3}$. A diminuição de “... salários, porém, nesse sistema de relações, liga-se não ao crescimento, mas a queda do emprego...” (KALECKI, p.88, 1977) nos setores de *bens de salários* (departamento III). Isto tem mais a ver com um principal fator: a competição intercapitalista. Esse fator induz a contínuos aumentos de produtividade decorrentes de inovações tecnológicas e organizacionais, o que reduz o potencial de absorção de mão de obra. Dessa forma, a empresa capitalista busca potencializar produtividade e não o emprego, o que reduz seus custos diretos.

Com o que foi exposto, concluímos que a finalidade da produção capitalista não é a geração de emprego, e sim a acumulação de capital. Com o planejamento da capacidade produtiva, a firma busca sempre a ampliação da produtividade, com o objetivo de aumentar o mark-up, ou seja, a relação entre preço (p) e custo unitário (u) e, conseqüentemente, a margem de lucro.

Para completar a análise, adotamos um procedimento que nos permite quantificar a relação entre variação de produtividade e a criação de empregos industriais. De maneira análoga à adotada até aqui, projetamos a produtividade do ano base para o final de cada subperíodo. A relação entre produtividade e absorção de mão de obra foi expressa com base na seguinte equação:

$$\hat{N}_{it} = \left(\frac{N_{i0}}{Y_{i0}} \right) Y_{it} \quad (39)$$

\hat{N}_{it} : emprego estimado para o gênero i , no ano t , considerando a produtividade no ano base;

$\frac{N_{i0}}{Y_{i0}}$: inverso da produtividade do ano base (coeficiente de trabalho), do gênero i ;

Y_{it} : valor adicionado do gênero i , no ano t .

A diferença entre os valores do emprego efetivo (N_{it}) e o emprego estimado (\hat{N}_{it}) expressa o efeito absoluto das variações de produtividade sobre o potencial de emprego, tanto ao nível das atividades, como para a indústria como um todo. A diferença $N_{it}-\hat{N}_{it}$ expressa as seguintes situações:

- i- Positiva: indica uma expansão do emprego a um ritmo superior ao do produto;
- ii- Negativa: indica uma situação oposta a anterior;
- iii- Nula: indica uma expansão do emprego e do produto a uma mesma taxa.

As Tabelas 6 e 7 apresentam os resultados das estimações dos impactos das variações de produtividade sobre a absorção de mão de obra. Observamos que em ambos os períodos todas as atividades industriais apresentaram uma expansão generalizada da produtividade, demonstrando que o processo de industrialização do Ceará apresentou forte dinamismo. Contudo, a absorção de mão de obra não acompanhou esse dinamismo, pois, nos dois períodos analisados, o emprego foi afetado negativamente.

Na Tabela 6, em quase todas as atividades industriais observadas, houve redução no potencial de geração de empregos, caso a produtividade do ano base deste período (1988) fosse mantida, o emprego estimado em 1995 seria 141% superior ao observado neste ano. O *Efeito Absoluto* do processo foi a exclusão de 144.324 postos de trabalho. Vale salientar que a queda do potencial de absorção de mão de obra está influenciada pela magnitude da perda de potencial de geração de empregos das atividades que tradicionalmente são responsáveis pelas maiores participações no emprego total do setor, como a atividade *Têxtil, de Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos e Produtos Alimentares*.

O segundo período de análise (Tabela 7), também apresenta fortes indícios de queda do potencial expansionista de empregos, decorrentes dos aumentos intensos e generalizados da produtividade do trabalho. Para a indústria como um todo, o emprego estimado seria 128% maior que aquele efetivamente observado para o fim do período (2010). Pelo procedimento adotado, cerca de 304.363 postos de trabalhos seriam criados. Na realidade, o crescimento industrial estimulado via incentivos fiscais no Ceará criou, efetivamente, apenas 238.071 postos de trabalho.

Tais resultados já eram esperados. A década 1990 foi marcada por uma forte reestruturação produtiva no Brasil, relacionada com o processo de liberalização econômica, privatizações, abertura econômica, dentre outros, e que se consolida no decorrer da década de 2000. Esse contexto fomentou uma competição intercapitalista mais acirrada, contribuindo para a consolidação de um cenário de redução geral do nível de emprego no setor industrial e na não absorção desse excedente de mão de obra pelos demais setores (NERI *et al*, 2000).

Segundo a fundamentação teórica aqui adotada, o grau de monopólio de uma empresa (mark-up) manifesta-se na relação entre preços e custos unitários. Na presença de ganhos de produtividade, o custo unitário de produção diminui, melhorando a posição competitiva da empresa num mercado em concorrência imperfeita. Assim, a busca por ganhos de produtividade se torna a *norma* a ser seguida, criando barreiras à entrada de novas firmas, como forma de ampliar o poder de mercado das empresas que estejam nele operando. O resultado apenas é a degradação do mercado de trabalho local.

Tabela 6 – Variações de Produtividade e Emprego – Ceará 1988/1995

Atividades Industriais	Pessoal Ocupado (N_{it}) ²⁰	Emprego Estimado (\hat{N}_{it}) ²⁰	Efeito Absoluto ²¹	Efeito Relativo ²²
Produtos minerais	119	1.281	-1.162	-9,76
Minerais não-metálicos	898	3.902	-3.004	-3,35
Metalúrgica	3.484	4.193	-709	-0,20
Mecânica	1.530	2.169	-639	-0,42
Material elétrico e material de comunicações	1.353	1.908	-555	-0,41
Material de transporte	574	1.579	-1.005	-1,75
Madeira	-	-	-	-
Mobiliário	182	441	-259	-1,42
Papel e papelão	111	231	-120	-1,08
Borracha	112	220	-108	-0,96
Couros e peles e produtos similares	261	112	149	0,57
Química	851	10.740	-9.889	-11,62
Produtos farmacêuticos e medicinais	357	831	-474	-1,33
Produtos de perfumaria, sabões e velas	311	4.990	-4.679	-15,05
Produtos de matérias plásticas	1.754	2.440	-686	-0,39
Têxtil	9.100	23.307	-14.207	-1,56
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	11.858	20.881	-9.023	-0,76
Produtos alimentares	19.422	31.694	-12.272	-0,63
Bebidas	1.926	19.163	-17.237	-8,95
Fumo	-	-	-	-
Editorial e gráfica	2.761	7.232	-4.471	-1,62
Diversas	-	-	-	-
TOTAL	56.964	137.314	-80.350	-1,41

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Elaboração própria.

²⁰Estes valores são referentes ao ano de 1995.

²¹ *Efeito Absoluto* = *Pessoal Ocupado* – *Emprego Estimado*

²² *Efeito Relativo* = $\frac{(\text{Pessoal Ocupado} - \text{Emprego Estimado})}{\text{Pessoal Ocupado}}$

Tabela 7: Variações de Produtividade e Emprego – Ceará 1996/2010

Atividades Industriais	Pessoal Ocupado (N_{it}) ²³	Emprego Estimado (\hat{N}_{it}) ²³	Efeito Absoluto ²⁴	Efeito Relativo ²⁵
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	37.060	124.025	-86.965	-2,35
Fabricação de produtos do fumo	119	-	-	-
Fabricação de produtos têxteis	17.019	23.446	-6.427	-0,38
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	56.233	110.485	-54.252	-0,96
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	66.936	107.716	-40.780	-0,61
Fabricação de produtos de madeira	1.609	3.381	-1.772	-1,10
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3.260	8.813	-5.553	-1,70
Impressão e reprodução de gravações	2.236	2.482	-246	-0,11
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	382	4.491	-4.109	-10,76
Fabricação de produtos químicos e farmacêuticos	6.470	16.823	-10.353	-1,60
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4.938	7.110	-2.172	-0,44
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	10.887	28.298	-17.411	-1,60
Metalurgia	3.006	8.606	-5.600	-1,86
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7.607	21.153	-13.546	-1,78
Fabricação de máquinas e equipamentos	9.701	23.056	-13.355	-1,38
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	2.073	5.804	-3.731	-1,80
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	894	3.979	-3.085	-3,45
Fabricação de móveis	5.819	37.850	-32.031	-5,50
Fabricação de produtos diversos	1.822	4.795	-2.973	-1,63
TOTAL	238.071	542.315	-304.363	-1,28

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Elaboração própria.

Na próxima seção, teceremos algumas considerações, com base no ponto de vista kaleckiano, com o propósito de inferir, de maneira indireta, as condições do mercado de trabalho do setor industrial em termos de distribuição funcional da renda gerada no setor industrial do Ceará.

²³Estes valores são referentes ao ano de 2010.

²⁴ *Efeito Absoluto* = *Pessoal Ocupado* – *Emprego Estimado*

²⁵ *Efeito Relativo* = $\frac{(\text{Pessoal Ocupado} - \text{Emprego Estimado})}{\text{Pessoal Ocupado}}$

3.3. A distribuição funcional de renda do setor industrial para o período 1986 – 2010.

Seguindo a digressão desenvolvida pela teoria kaleckiana e a metodologia adotada por Considera (1981) e Boing (2009), a partir dos dados disponibilizados pelo PIA do IBGE, pretendemos evidenciar a importância dos fatores de distribuição na divisão da renda gerada pelo setor entre lucros e salários.

A abordagem kaleckiana privilegia dois fatores como determinantes da parcela relativa dos salários na renda gerada na indústria, são eles: o *grau de monopólio* e a razão entre os custos das matérias primas e os custo de mão de obra. O primeiro fator, como desenvolvemos no capítulo 2 deste estudo, está relacionado à formação de preços num contexto de concorrência imperfeita. Este conceito é entendido como a capacidade (maior ou menor) da empresa de administrar seu preço, como a sua estrutura de oferta diante de variações inesperadas de demanda de seus produtos. Quanto maior o indicador *grau de monopólio*, menor a participação dos salários na renda gerada pelo setor.

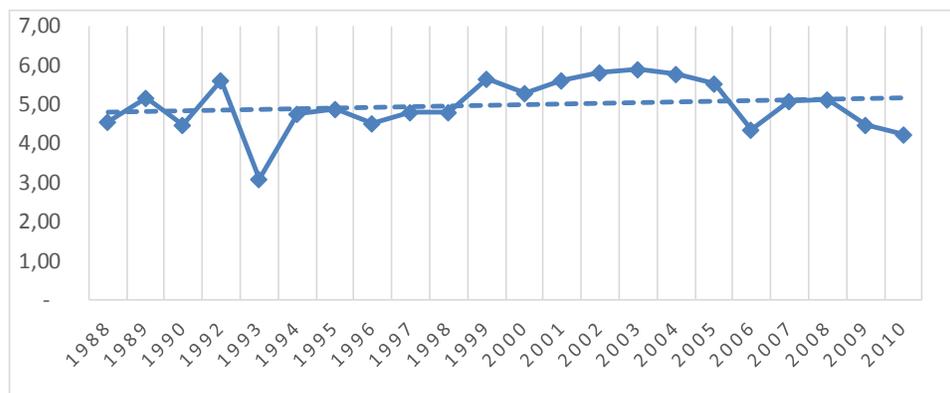
O segundo fator (*j*), que chamaremos de “relação de custos variáveis” – RCV, é visto também como a relação entre preços unitários dos custos das matérias primas e dos salários por unidade destes elementos. Embutido nos preços das matérias primas está o *grau de monopólio* relacionados a processos produtivos anteriores, e em relação aos salários, seu preço unitário reflete o poder de barganha dos trabalhadores. Quanto mais elevado a RCV, menor será a participação da parcela salarial na renda gerada.

Como Kalecki observa, o preço das matérias primas é determinado pela demanda, logo, propensos a seguir tendencialmente o ciclo econômico, mais do que os salários, daí, se observamos o comportamento da RCV, acompanharemos o padrão cíclico da economia.

Apresentamos no Gráfico 6 a evolução da RCV para o período 1988-2010 no setor industrial do Ceará. Percebemos que a RCV apresentou movimentos erráticos no período 1988-1993, momento histórico marcado por instabilidades, com baixos níveis de investimentos na economia brasileira e de alta inflação. Seguindo o ciclo econômico, o indicador apresentou volatilidade, e demonstrou o nível mais baixo na totalidade da série temporal de nossa análise, quando as matérias primas representaram três vezes o valor gasto

em salários. Com o plano real, que incentivou a volta dos investimentos privados no país, e a intensificação das políticas de incentivos fiscais pelo governo Collor, em 1994, a RCV se elevou e não apresentou grandes oscilações para o restante do período da análise. Neste período (1994-2010), os custos com matérias primas representaram, em média, cerca de 5 vezes o valor dos salários.

Gráfico 6 - Relação dos custos variáveis (RCV) na indústria do Ceará 1988-2010.



Fonte: Dados da Pesquisa
Elaboração Própria.

O comportamento do grau de monopólio até 1993 apresenta grandes oscilações (Tabela 8), chegando a 2,3 em 1993, um crescimento médio de 20% para o período 1988-1993. Essa constatação nos permitiu inferir que esse movimento se reflete, em parte, pelo fato das empresas e capitais atraídos para a região *via* incentivos, trazerem consigo uma organização industrial oligopolizada, determinada anteriormente no processo de concentração e centralização advindas da dinâmica capitalista onde outrora se maturaram.

Tabela 8 – Parcela Salarial e seus Determinantes para o Setor Industrial

Ano	w (%)	k	j
1988	16,4%	1,92	4,57
1989	28,3%	1,41	5,17
1990	15,6%	1,99	4,46
1992	11,2%	2,20	5,62
1993	15,8%	2,30	3,08
1994	14,7%	2,01	4,76
1995	17,5%	1,80	4,89
1996	24,4%	1,56	4,53
1997	27,1%	1,46	4,81
1998	25,7%	1,50	4,79
1999	20,0%	1,60	5,64
2000	20,0%	1,64	5,28
2001	22,8%	1,51	5,63
2002	20,1%	1,58	5,81
2003	21,2%	1,54	5,92
2004	20,5%	1,57	5,78
2005	24,5%	1,47	5,52
2006	25,0%	1,56	4,37
2007	24,4%	1,51	5,07
2008	22,6%	1,56	5,11
2009	23,0%	1,61	4,49
2010	25,2%	1,57	4,25

Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração Própria.

Para ilustrar nossa perspectiva, Coimbra (1998) aponta que, em 1998, 65,9% dos empreendimentos incentivados eram cearenses, sendo cerca de 10% provindos da Região Sul, 15% do Sudeste, 5% do exterior e cerca de 5% de outros estados do Nordeste. No que tange o investimento no setor, o estado cearense representa apenas 40% do capital investido nas atividades industriais, destacando que a maior parte era advinda das regiões Sudeste (25,4%) e Sul (23,3%).

A vinda de capitais externos a região acaba potencializando a não internalização do impacto da industrialização do Ceará. Esses *vazamentos* são oriundos de uma matriz

interindustrial com baixo nível de integração²⁶. Para ilustrar nosso argumento, utilizaremos a *composição regional* dos geradores de impactos em variáveis e atividades industriais selecionadas, oriundos das matrizes elencadas da “Matriz Insumo-Produto do Nordeste: Metodologia e Resultados” (GUILHOTO et al., 2009).

A Tabela 9 apresenta as atividades relacionadas com a fabricação de *Produtos Têxteis, Produtos Alimentícios e bebidas, Confeção de artigos do vestuário e acessórios e Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados*²⁷ e a composição regional dos impactos de sua atividade industrial para o Ceará (CE), o Nordeste (NE) e o Restante do Brasil (RBR).

No que tange a variável Produção, a tabela representa os impactos induzidos pelo aumento na demanda final das atividades especificadas em sua composição regional, expressando na maioria de suas atividades²⁸, níveis menores no Ceará, que para o resto do país. Para as demais variáveis escolhidas a interpretação é análoga.

De maneira geral, percebemos que na maioria das atividades, em todas as variáveis selecionadas, os impactos da industrialização não são, em sua maioria, internalizados no Ceará. Isso implica que a política industrial adotada pelo Governo do Estado do Ceará acaba perpetuando uma matriz interindustrial regional com baixa integração. A consequência é que os efeitos diretos, indiretos e induzidos pelo setor não são internalizados em sua totalidade pelo Ceará, mas por centros hegemônicos nacionais.

²⁶ “Embora importantes em termos de geração de emprego e renda, essas indústrias têm uma fraca integração produtiva local, tanto para trás quanto para frente. As matérias-primas são poucas, uniformes e de fácil transporte, a maioria importada de outras regiões do país. Como a indústria nordestina está, em geral, orientada para a produção bens de consumo final, não durável, também não geram efeitos interindustriais para frente. Assim, embora importantes, essas indústrias não possuem capacidade de integração interindustrial regional que possa induzir a criação de grandes e diversificadas aglomerações industriais. Seus impactos locais se resumem aos empregos e a renda gerada e seus efeitos multiplicadores sobre a demanda de consumo” (DINIZ, 2006, p.24)

²⁷ Escolhemos estas atividades pela sua representatividade, em 2010, na composição do VTI do setor como um todo (Tabela 3).

²⁸ Com exceção do *Abates de Aves, Indústria de laticínios, Fabricação de Açúcar e Artigos do vestuário e acessórios*.

Tabela 9 – A Composição Regional dos Efeitos Diretos, Indiretos e Induzidos, para Variáveis e Atividades Seleccionadas.

Atividades Industriais	Composição Regional														
	Produção			Valor Adicionado			Emprego			Salários			Tributos		
	CE	NE	RBR	CE	NE	RBR	CE	NE	RBR	CE	NE	RBR	CE	NE	RBR
Abate de Bovinos	49%	8%	42%	47%	10%	42%	57%	15%	28%	45%	10%	45%	47%	8%	45%
Abate de Suínos e Outros	49%	8%	43%	47%	9%	43%	52%	16%	32%	45%	9%	46%	46%	8%	46%
Abate de Aves	53%	8%	39%	53%	9%	38%	72%	10%	18%	56%	8%	36%	52%	7%	41%
Fabricação de Óleos Vegetais	36%	7%	57%	27%	9%	65%	33%	15%	52%	29%	9%	62%	36%	7%	57%
Indústria de Laticínios	55%	6%	38%	54%	8%	39%	68%	9%	22%	56%	7%	37%	54%	6%	40%
Benef. Produtos Vegetais	45%	8%	47%	39%	10%	51%	41%	18%	41%	42%	9%	48%	45%	8%	47%
Rações	38%	9%	53%	35%	11%	54%	40%	19%	41%	37%	11%	53%	39%	8%	53%
Fabricação de Açúcar	54%	9%	38%	58%	9%	33%	71%	13%	15%	60%	9%	31%	53%	8%	39%
Indústria do Café	37%	7%	56%	27%	9%	64%	25%	14%	61%	32%	8%	60%	38%	7%	55%
Outros produtos Alimentares	41%	9%	50%	37%	11%	52%	45%	18%	37%	40%	10%	50%	41%	8%	51%
Bebidas	47%	8%	45%	46%	10%	44%	44%	19%	38%	50%	9%	42%	47%	8%	45%
Têxteis	48%	10%	42%	50%	11%	39%	57%	15%	28%	46%	11%	43%	42%	10%	48%
Artigos do vestuário e acessórios	54%	8%	38%	58%	8%	34%	41%	16%	43%	59%	8%	34%	52%	8%	40%
Artefatos de couro e calçados	42%	10%	48%	42%	11%	48%	40%	16%	44%	47%	9%	44%	43%	9%	49%

Fonte: Guilhoto et al.(2009).

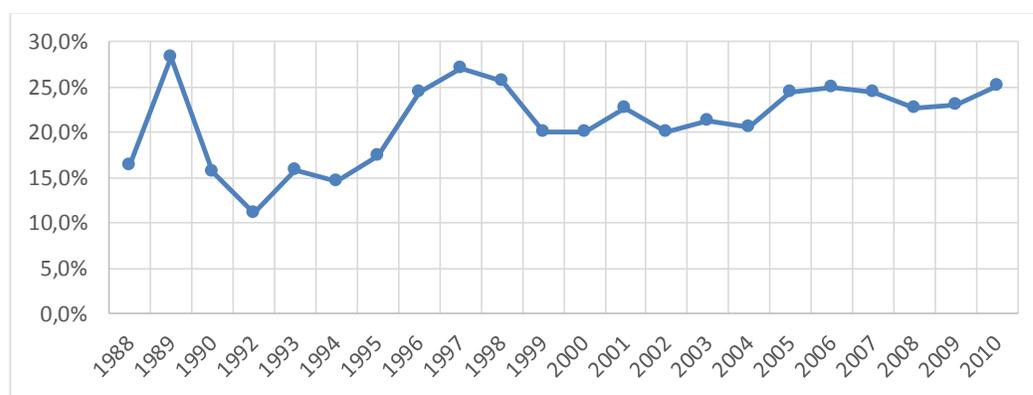
Elaboração Própria.

Torna-se perceptível um processo de homogeneização do setor industrial do Ceará com o setor nacional. Boing (2009) apresenta que a média do *grau de monopólio* da indústria brasileira foi de 1,52 para o período de 1996-2007, valor próximo da média do mesmo período para a indústria cearense, que foi de 1,55.

No que concerne a participação relativa dos salários na renda gerada pelo setor, este indicador apresenta uma dinâmica interessante para o período. Até meados da década de 1990

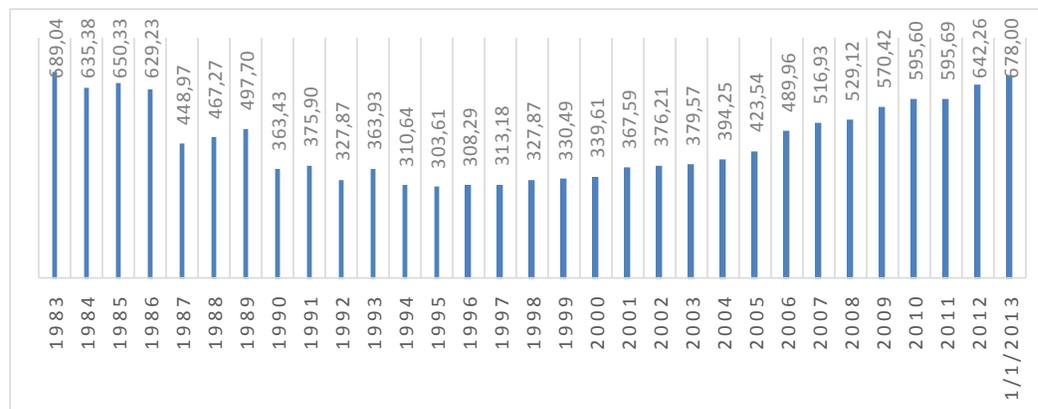
a parcela relativa dos salários apresentou movimentos erráticos (Gráfico 7), chegando a representar, em 1992, apenas 11,2% da renda gerada pela indústria. O período 1995-2010 foi de pouca flutuação da parcela relativa dos salários no valor adicionado em relação a sua média, 22,8%. O comportamento da variável observado neste período está mais relacionado com a política de valorização salarial do governo central, do que de uma melhor distribuição funcional de renda no setor. Como podemos observar, a valorização real do salário mínimo foi de 70% no período 1995-2007 (Gráfico 8).

Gráfico 7 – Participação Relativa dos Salários na Renda Gerada na Indústria



Fonte: Dados da pesquisa.
Elaboração Própria.

Gráfico 8 - Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2013

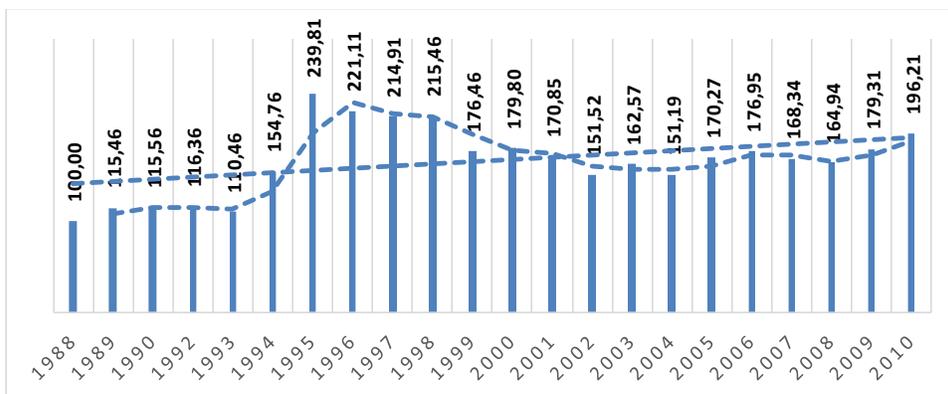


Fonte: DIEESE (2012)
Elaboração Própria.

Quando analisamos o salário médio da indústria (Gráfico 9) percebemos um movimento crescente no período 1988-1993. Os anos de 1994 e 1995 foram de expressivos

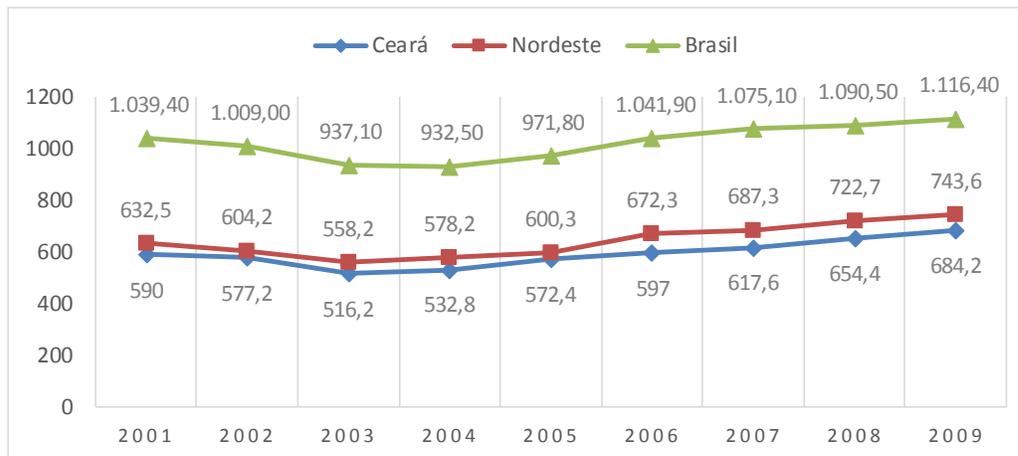
aumentos no salário médio da indústria cearense e acompanhado, a partir de 1996, por uma tendência decrescente até 2004. No resto do período percebemos oscilações, no entanto, sem expressar ganhos ou perdas expressivas, seguindo tendencialmente o comportamento da parcela relativa aos salários na renda do setor.

Gráfico 9 – Salário Médio Real da Indústria para o Período 1988-2010 (1988=100)



Fonte: PIA (2012).
Elaboração Própria.

Mesmo após a política de valorização do salário mínimo, a remuneração do trabalho no Ceará apresenta médias históricas muito baixas, quando comparadas com o restante do país. O estudo do IPEA (2012), a partir dos dados da PNAD, apresenta que para todo o período 2001-2009 o Ceará apresentou rendimentos médios do trabalho inferiores a média brasileira e do Nordeste (Gráfico 10). Os efeitos conjuntos entre baixa renda do trabalho e subsídios ao capital instalado no Estado resultam numa elevação da taxa de lucros, possibilitando uma taxa de acumulação de capital estável e crescente.

Gráfico 10 – Rendimento médio do trabalho (Em R\$).

Fonte: IPEA (2012)
Elaboração Própria.

Com os resultados no emprego apresentados nos dois tópicos anteriores deste capítulo e com os indicadores expostos referentes à distribuição funcional de renda no setor, ficam evidentes os efeitos dos incentivos no emprego e na renda. A escolha desse modelo de industrialização se mostrou benéfica para os capitalistas do setor.

Concluímos, com a análise procedida até aqui, que o programa de incentivos fiscais (ou renúncia fiscal) é uma política pública que beneficia principalmente uma determinada classe, a saber, o empresariado, pois as transferências de recursos governamentais para os capitalistas não retornam na mesma intensidade para os trabalhadores do setor. Tanto a absorção de mão de obra, quanto à renda criada pelos empreendimentos industriais, mostraram-se com limitado impacto para os que vivem do trabalho no setor.

As perspectivas a longo prazo para a indústria do Ceará não são auspiciosas. Informes do IPECE (2011;2012,2013) apontam que a indústria cearense passa a apresentar fortes sinais de retração. No período 2010-2011, a variação do crescimento do PIB industrial foi de 6,41% depois apresentou sucessivas quedas. Nos períodos 2011-2012 e 2012-2013, as variações negativas foram, respectivamente: -1,52% e -2,28%. Já no que diz respeito ao emprego líquido gerado pela indústria, as variações para os períodos 2011-2012 e 2012-2013 foram, respectivamente, -86% e 2,3%.

Para esses resultados, o modelo simples kaleckiano desenvolvido (sem estado e setor externo) aponta algumas razões: segundo a equação de determinação da renda ($Y_t = \frac{I_{t-z} + A + B'}{(1-q)(1-\alpha)}$), uma má distribuição de renda estável acaba reduzindo o *potencial* de crescimento econômico, analogamente do setor, pois a única variável que propiciaria crescimento do produto industrial seria o investimento feito no passado.

Observamos no decorrer do estudo os determinantes que levaram a postura pioneira e agressiva de incentivos fiscais para a atração industrial do governo do Ceará. Tal modelo passou a ser o padrão para todo o Brasil, principalmente para os estados Nordeste e do Norte. A competição interestadual por investimento acabou atraindo grandes indústrias instaladas antes no Ceará²⁹. O movimento tendencial desta intensificação concorrencial é a diminuição dos níveis de investimento a longo prazo no estado, acarretando perdas no potencial de crescimento do valor adicionado do setor e na geração de empregos.

²⁹ O caso da Kraft Foods no município de Aracati é um bom exemplo. Em: Mobilização para a permanência da Kraft Foods em Aracati. Disponível: http://camara.aracati.net/index.php?option=com_content&task=view&id=577&Itemid=1

Conclusões e Recomendações.

Concluimos com este estudo que o programa de incentivos fiscais (ou renúncia fiscal) é uma política pública que beneficia principalmente uma determinada classe, a saber, o empresariado, pois as transferências de recursos governamentais para os capitalistas não retornam na mesma intensidade para os trabalhadores do setor. Tanto a absorção de mão de obra, quanto à renda criada pelos empreendimentos industriais, mostraram-se com limitado impacto para os que vivem do trabalho.

Mostramos por meio de indicadores, que os empreendimentos atraídos por estarem ligados ao regime de acumulação de capital dos grandes centros nacionais ou internacionais de origem, refletem uma organização produtiva “geneticamente” oligopolizada. Esta conjuntura se traduz numa divisão funcional da renda retraída para os que vivem do trabalho, e com boa parte dos impactos econômicos e sociais dos empreendimentos industriais não-absorvidos pela própria região.

Outro ponto abordado é que os subsídios aos capitais e os baixos rendimentos do trabalho no Ceará acabam propiciando taxas de lucros elevadas e estáveis. Observa-se aí o caráter classista da política, refletida pela posição privilegiada do empresariado nas esferas governamentais, como foi visto no panorama histórico procedido no capítulo 1.

Desta forma, as hipóteses elencadas para o presente trabalho monográfico foram confirmadas com a metodologia de estimação e com a criação de indicadores. Ficou evidente que a busca por constantes inovações (tanto na estrutura produtiva, como no âmbito organizacional), ocasiona uma menor absorção de mão de obra. E que esse movimento dos empreendimentos é estritamente devido à competição capitalista e não pelos custos da mão de obra, que se apresentaram num patamar baixo e estável para todo o período de análise.

No que concerne a “divisão funcional entre trabalho e capital da renda gerada pela indústria”, esta é determinada pelo *grau de monopólio* e pela relação entre os componentes dos custos diretos de produção. E por essa via conseguimos perceber os problemas advindos da postura adotada pelo governo do estado para o desenvolvimento industrial do Ceará, bem

como suas perspectivas, mostrando a capacidade explicativa do aporte kaleckiano para as questões do capitalismo contemporâneo.

Sugere-se a estudos futuros uma análise mais profunda e qualitativa dos fatores subjacentes às modificações do *grau de monopólio*, principalmente no que tange o poder de barganha dos trabalhadores por melhores salários. Fortes indícios apontam que a margem de ação do poder sindical está limitada pelo grau de dependência municipal aos grandes empreendimentos financiados, principalmente fora da região metropolitana de Fortaleza.

Outra possibilidade para futuros estudos é acrescentar a análise sistêmica kaleckiana maior complexidade, acrescentando o Estado e o resto do mundo, visando compreender os impactos da dominância financeira sobre a organização industrial cearense e brasileira, orientando a análise para os *fatores de distribuição*.

BIBLIOGRAFIA

- ABICALÇADOS. **Polos Produtores**. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/polos-produtores.html&est=7>. Acessado em: 13/12/2013.
- ABU-EL-HAJ, J. . Neo-Desenvolvimentismo No Ceara: A Política Industrial do Governo Tasso. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Ceara, v. 28, n.3, p. 325-345, 1997.
- ALENCAR JÚNIOR, J. S. de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. 2006. 335p. Tese (Pós-Graduação em Sociologia) Universidade Federal do Ceará.
- ÂNGELO, C. F. de. Absorção de Mão de Obra no Setor industrial. **Estudos Econômicos**. 10(1). Jan/Abr., 1980.
- BAER, W.. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Editora da Fundação Getulio Vargas, 7ª Ed. Rio de Janeiro. 1987.
- BOING, M. **A Distribuição Funcional Da Renda Na Economia Industrial De Santa Catarina: Uma Abordagem Kaleckiana**. Monografia, 2009. Disponível em: www.corecon-sc.org.br/site/upload/monografias/20092.doc
- BONFIM, W. L. de S.. Industrialização, Planejamento e o Paradoxo da Economia Cearense. **Políticas Públicas e Sociedade**. Fortaleza, Ceara. v. 1, n.2, p. 103-115, 2001.
- COIMBRA, R. A.. **Perfil da nova indústria cearense no período 1991-1995: determinantes da composição espacial e setorial**. Fortaleza: CAEN/UFC, 1998. Dissertação (Mestrado)–Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, 1998
- CONSIDERA, C. M.. Preços, mark up e distribuição funcional da renda na indústria de transformação: dinâmica de longo e de curto prazo – 1959/80. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 637 a 702, dez 1981. Disponível em <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/429/370>. Acesso em 23 out. 2010.
- DIEESE. Política de Valorização do Salário Mínimo: Salário mínimo de 2013 será de R\$ 678,00. **Nota técnica**. Número 118 – dezembro 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec118salarioMinimo2013.pdf>

- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. Artigo. **Nova Economia: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**. Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, 2009
- DINIZ, C. C. **Dinâmica Espacial e Ordenamento do Território**. CEPAL. Janeiro de 2006. Disponível em:
<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/4/27834/LCBRSR165ClelioCampolina.pdf>.
- FERREIRA, A.. Grau de monopólio e distribuição de renda. Uma discussão de Kalecki.. **Ensaio FEE**, Porto Alegre-Rio Grande do Sul, v. 21, n.1, p. 81-101, 1990.
- FURTADO, C. **A Formação econômica do Brasil**, 34ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIRÃO, R.. **Evolução Histórica Cearense**. Fortaleza: BNB, 1986.
- GOODMAN, D. **Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento no Nordeste**. Brasília: IPEA, 1974
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Planejamento Regional do Nordeste: Notas para uma Avaliação. *In*: KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. Debates 277. Perspectiva 2ª Ed. São Paulo. 2010.
- INDI. **Perfil da Indústria Cearense**. Ano 1. Número 1. Fortaleza. Julho de 2011.
- IPEA. **Situação Social dos Estados: Ceará**. Brasília, 2012.
- IPECE. **Radar da Indústria**. Janeiro de 2011.
- IPECE. **Radar da Indústria**. Janeiro de 2012.
- IPECE. **Radar da Indústria**. Janeiro de 2013.
- KALECKI, M.. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. Editora HUCITEC, 2ª Ed. São Paulo. 1980.
- KALECKI, M.. **Teoria da dinâmica econômica**. Os Pensadores, Abril Cultural, São Paulo. 1983.
- KON, A. **Planejamento no Brasil II**. Debates 277. Perspectiva 2ª Ed. São Paulo. 2010.
- MARX, Kari (1971). **O capital**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. Liv.1/5, pt.2.
- MESQUITA, E. C.. **Mapa do emprego industrial: o caso do Ceará**. Fortaleza: IDT, 2011.
- MIGLIOLI, J.. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. T. A. Queiroz Editor LTDA, São Paulo. 1983.

- NERI, M.; CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Mercado de trabalho nos anos 90: fatos estilizados e interpretações. IPEA, Texto para discussão, n. 743. Rio de Janeiro: 2000.
- OLIVEIRA, A. A. de. **Industrialização do Nordeste: Uma Evidência Empírica de seus Efeitos**. Serie relatório de Pesquisa n. 25. CAEN. 1983.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. Paz e Terra, 6ª Ed., Rio de Janeiro. 1993.
- _____. **Economia da Dependência Imperfeita**. Graal, 4ª Ed. 1984.
- PINHEIRO, Francisco José. (1989/90), O Homem Livre-pobre e a organização das relações de trabalho no Ceará, 1885 – 1890. **Revista de Ciências Sociais**. Vol. 20/21, nº 1/2, pp. 199 – 230.
- POSSAS, M. L.. Demanda Efetiva, Investimento E Dinâmica: A Atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica. **R. Econ. contemp.**, Rio de Janeiro, 3(2): 17-46, jul./dez. 1999.
- ROCHA, A. G. T.. **Os Governos Aprendem, as Políticas evoluem: Fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, do Ceará e de Pernambuco**. 2004. 148 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Departamento de Engenharia Industrial, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- LENCIONI, S. Concentração e Centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande (Impressa)**, v. 39, p. 7-20, 2008
- TEIXEIRA, F., GUERRA, O. 50 Anos da Industrialização Baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: **Bahia: Análise & Dados**, v.10, n.1, p.87-98. Salvador: SEI. Julho, 2000.
- TENDLER, J. **Good Government in the Tropics**. Johns Hopkins University Press. Estados Unidos. 1997.
- TREJO, S. **Industrialization and Employment Growth: México 1950/1965**. Tese de PhD. Yale University, 1971.